

CARTAS EDUCATIVAS PARA OS CONCELHOS DO VALE DO MINHO

PAREDES DE COURA

FASE IV – Proposta de CARTA EDUCATIVA

Junho de 2006

ÍNDICE

0. Apresentação	3
1. Nota Introdutória	5
<i>Conceito e metodologia de elaboração da Carta Educativa</i>	5
<i>Os novos princípios orientadores e os novos critérios de reordenamento da rede escolar</i>	7
2. Enquadramento e síntese do diagnóstico	12
<i>Educação Pré-Escolar</i>	13
<i>1º Ciclo do Ensino Básico</i>	16
<i>2º e 3º Ciclos do Ensino Básico</i>	18
<i>Ensino Secundário</i>	20
<i>Ensino Recorrente e Formação Profissional</i>	22
3. Previsão da evolução da população escolar	23
4. Propostas de reordenamento da rede escolar concelhia	26
<i>Princípios orientadores e objectivos de intervenção</i>	26
<i>Medidas de intervenção</i>	28
<i>M1: Adequação da rede de estabelecimentos de Educação Pré-Escolar</i>	28
<i>M2: Combate ao abandono e insucesso escolar</i>	32
<i>M3: Ensino recorrente, educação de adultos e CRVC</i>	34
<i>M4: Modelo e racionalização do Planeamento dos Transportes Escolares</i>	35
<i>Mapa com a Proposta de Reordenamento da Rede Escolar</i>	36
5. Programa de Execução	37
6. Articulação institucional	39
7. Monitorização da Carta Educativa	41
ANEXOS:	
1. Alterações verificadas nos diferentes níveis de Ensino	46
2. Glossário de termos e conceitos e legislação relevante	48

PROPOSTA DE CARTA EDUCATIVA DE PAREDES DE COURA

Apresentação

O relatório que agora se apresenta constitui a Proposta de Carta Educativa do concelho de Paredes de Coura a ser presente à Assembleia Municipal para aprovação e posterior ratificação e integração no Plano Director Municipal.

Este Relatório vem, nos termos contratuais, na sequência dos Relatórios de Diagnóstico (Fase II) e da formulação da proposta de Reordenamento da Rede Escolar (Fase III) que foram oportunamente objecto de apresentação e discussão com o Conselho Municipal de Educação e Câmara Municipal.

No relatório de diagnóstico, apresentado em Julho de 2004, procedeu-se à análise da realidade sócio-educativa e sua contextualização tendo sido referenciadas designadamente as seguintes temáticas:

- Análise demográfica aprofundada e projecções de população;
- Análise territorial, com caracterização das actividades económicas, emprego e qualificação dos recursos humanos, políticas de ordenamento do concelho, acessibilidades e hierarquização dos aglomerados;
- Situação do sistema educativo e formativo com análise da oferta e procura nos diferentes níveis de ensino regular e recorrente, educação especial e extra-escolar.

O relatório de diagnóstico incorporou um conjunto de informação estatística, documental e de ordem qualitativa, recolhida no decurso das reuniões de trabalho e entrevistas realizadas com a Câmara Municipal, Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho, Agrupamento e Escolas públicas, privadas e rede solidária do concelho, bem como de representantes da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) e do Centro de Actividades Educativas de Viana do Castelo (CAE VC), Centro de Emprego de Arcos de Valdevez e APPACDM de Viana do Castelo.

A proposta de reordenamento da rede escolar, depois de uma primeira versão de Maio de 2005, foi reformulada com uma nova versão de Março de 2006, incorporando já um conjunto de sugestões e reflexões entretanto amadurecidas e validadas, bem como o projecto de reorganização do 1º ciclo, concretizado com a inauguração da nova EB1/JI da vila e encerramento no ano de 2004/05 de todas as Escolas de 1º ciclo do concelho. Essa proposta, para além da actualização dos princípios orientadores, da informação estatística

até ao ano lectivo 2005/06, e de uma síntese de diagnóstico estratégico, apresenta os seguintes conteúdos:

- O Identificação de princípios que estruturam as propostas de reordenamento da rede escolar – definição de objectivos;
- Propostas de reordenamento do pré-escolar (com base nos cenários demográficos definidos): situação actual versus situação futura;
- Identificação dos principais projectos e acções necessários para a implementação gradual e a médio e longo prazo dos objectivos, e sua leitura de viabilidade.

O presente documento de Proposta de Carta Educativa a submeter à Câmara Municipal e a aprovar pela Assembleia Municipal, mediante parecer do Conselho Municipal de Educação contém assim, para além de uma nota introdutória, os seguintes elementos:

- Síntese e propostas de reordenamento devidamente validadas;
- Identificação e selecção dos principais projectos e medidas de intervenção;
- Programa de Execução indicativo dos investimentos;
- Propostas de articulação institucional em matéria de investimentos e intervenções e princípios de monitorização da Carta Educativa;
- Anexo com glossário de termos, conceitos e legislação relevante e esquemas de monitorização

1. Nota introdutória

Conceito e metodologia de elaboração da Carta Educativa: breves apontamentos

É hoje consensual que a educação e a formação constituem pilares fundamentais do desenvolvimento de uma comunidade. Ao sistema educativo compete fornecer os instrumentos necessários à democratização das condições de acesso à educação, bem como das condições de sucesso no plano do desenvolvimento formativo pessoal e da integração comunitária

Nos últimos anos – e, em grande medida, como resultado da afirmação progressiva da importância, proximidade e capacidade de resolução dos problemas demonstrada pelo Poder Local –, as comunidades locais têm vindo progressivamente a assumir novas responsabilidades, desempenhando um papel cada vez mais importante no seu próprio desenvolvimento, designadamente no que concerne à educação.

Aos Municípios já não cabem apenas as tarefas de assegurar a gestão dos transportes escolares (como definiu outrora o Decreto-lei n.º 299/84 de 5 de Setembro), intervir no domínio da acção social escolar (como define o Decreto-lei n.º 399-A/84 de 28 de Dezembro) e construir, apetrechar e manter os edifícios de educação pré-escolar e do 1º ciclo ou gerir o pessoal não docente destes níveis de ensino (Lei n.º 155/99 de 14 de Setembro), mas cabe também a responsabilidade geral de intervir de forma mais intensa e programada no ordenamento da rede educativa e na promoção da qualidade da educação e da formação localmente ministrada, de acordo com um projecto de desenvolvimento da social comunitário.

A publicação do Decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro correspondeu a mais um passo no caminho atrás afirmado, estando o seu alcance dependente do aproveitamento que cada comunidade e cada Município fizer dos instrumentos definidos na lei: o Conselho Municipal de Educação e a Carta Educativa.

A Carta Educativa é, a nível municipal, o “instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor

utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município (Artigo 10.º do Decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro).

Não se trata de um levantamento, mais ou menos exaustivo, da situação educativa do concelho a que se refere, nem muito menos se pode resumir à inventariação das infra-estruturas escolares existentes; na verdade, a Carta Educativa deve ser um documento que permita adequar a oferta educativa do município à procura efectiva que se manifestar, fazendo daquela oferta um instrumento de desenvolvimento. Trata-se, pois, de um documento que, de uma forma estruturada, permite racionalizar a oferta educativa no concelho, adequando-a às necessidades diagnosticadas e valorizando o papel das comunidades educativas que o integram e os projectos educativos das escolas.

Por outro lado, a Carta Educativa é um documento de contratualização que une os parceiros locais interessados na educação e formação e que, simultaneamente, os liga ao Estado. Por isso, a Carta Educativa deve conter não só um diagnóstico da situação educativa e formativa local, mas também os possíveis cenários de desenvolvimento, através do confronto com outros documentos estratégicos locais e nacionais, bem como as recomendações para a sua operacionalidade. Em resumo: deve ser um instrumento que fundamente uma política educativa concelhia. Neste sentido, deverá ser elaborado com base numa análise dinâmica da realidade, ou seja, deverá encarado numa dupla perspectiva: como *produto* – temporalmente acabado – e como *processo* – em permanente construção e renovação.

Em concreto, a Carta Educativa terá que conter, para além da identificação a nível municipal dos níveis de procura de ensino, dos equipamentos e recursos humanos educativos disponíveis e das ofertas formativas do concelho, as respostas adequadas às necessidades do redimensionamento da Rede Escolar da área em análise, adaptando a cada caso concreto as orientações nacionais e regionais definidas pelo Ministério da Educação.

Assim, a Carta Educativa passa a ser entendida como o principal instrumento de apoio à decisão por parte de quem tem a responsabilidade de gerir os destinos da educação e formação num determinado território.

No âmbito do enquadramento legislativo genérico em vigor da temática educativa (ver anexo 2), as competências dos Órgãos Municipais para a área educativa, para além da elaboração

da Carta Educativa e da criação dos Conselhos Municipais de Educação, são, designadamente, as seguintes:

- Construir, apetrechar e manter os estabelecimentos de educação pré-escolar e básica;
- Assegurar a gestão dos transportes escolares;
- Promover a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e básica;
- Providenciar o alojamento de estudantes do ensino básico, em alternativa (ou complemento) do transporte escolar;
- Participar, através da acção social escolar, no apoio aos jovens de famílias carenciadas, com vista a possibilitar uma efectiva frequência e aproveitamento da educação pré-escolar e básica;
- Participar e apoiar actividades culturais e recreativas complementares e extra-escolares ao nível da educação pré-escolar e básica;
- Gerir o pessoal não docente da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico.

Os novos princípios orientadores e os novos critérios de reordenamento da rede escolar

O documento *Critérios de Reordenamento da Rede Educativa*, publicado pelo Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (GIASE) do Ministério da Educação (ME) em 2000, definia critérios de planeamento a partir de um novo quadro conceptual e de uma realidade que evidenciava nítidas marcas de mudança no papel do Estado relativamente aos processos de decisão política e de administração da educação/formação, no sentido de uma transferência de poderes e funções do nível central e regional para o nível local.

Depois de 2000, porém, o Ministério da Educação sentiu “necessidade de proceder à actualização dos referidos critérios de planeamento, facto que se prendeu sobretudo com a alteração do enquadramento do Ensino Secundário, cujos princípios de organização e gestão do currículo, bem como da avaliação das aprendizagens estão consubstanciados no Decreto-Lei n.º 74/2004” – e com o desenvolvimento de novos princípios de organização e gestão do 1º Ciclo do Ensino Básico – como reflecte o “Acordo relativo a Cartas Educativas e Rede Escolar do 1º Ciclo” assinado pelo ME e pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) em Outubro de 2005¹. Contudo ainda não estão disponíveis até à presente data (Março de 2006) as anunciadas alterações às “normas de programação” e

¹ No seguimento de um anterior acordo celebrado em Dezembro de 2004.

“normas para a concepção e construção de escolas básicas”, prevalecendo em vigor os “critérios de reordenamento da rede educativa” de 2000.

O Programa do Governo para a área da Educação² destaca, aliás, um conjunto importante de novos objectivos, os quais se repercutem nos novos princípios orientadores e nos novos critérios de reordenamento das redes escolares locais³:

Educação Pré-escolar e Ensino Básico

- Alargar progressivamente a todas as crianças em idade adequada a educação pré-escolar e consolidar a universalidade do ensino básico;
- Lançar um programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias;
- Adaptar os modos e tempos de funcionamento dos estabelecimentos do pré-escolar e escolas básicas às necessidades das famílias;
- Generalizar o ensino do Inglês;
- Tornar obrigatório o ensino experimental das ciências em todo o ensino básico;
- Generalização do acesso e uso das novas tecnologias de informação e comunicação;

Ensino Secundário

- Tornar obrigatória a oferta pública de cursos secundários que permitam satisfazer as necessidades em todo o território;
- Tornar obrigatória a frequência de ensino ou formação dos jovens até aos 18 anos de idade;
- Valorizar o ensino secundário;
- Aproximar o ensino secundário e o sistema de formação profissional.”

Em termos práticos, estes objectivos impõem algumas alterações na orientação e gestão dos diferentes níveis de ensino⁴, com óbvias implicações nas políticas de reordenamento consideradas. Essas novas orientações visam, no essencial, o seguinte⁵:

² Com tradução nas Grandes Opções para o Plano para 2005-2009 (Lei n.º 52/2005 de 31 de Agosto)

³ Ver GIASE/ME, *Planeamento da Rede Educativa...*, pp. 4-5.

⁴ Cf. Anexo 1 - GIASE, *Planeamento da Rede Educativa. Princípios orientadores (actualização)*, Janeiro de 2006 e Ofício n.º 015875 da Directora Regional da DREN, de 9 de Março de 2006, dirigido ao Presidente da CI Vale do Minho, sobre as Cartas Educativas.

⁵ Ver nomeadamente: Despacho conjunto do ME e MESS n.º 268 /1997, de 25 de Agosto – critérios gerais de programação dos estabelecimentos de ensino pré-escolar; Despacho do ME n.º 16795/05, de 3 de Agosto – normas a observar no período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino público onde funciona a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico;

- assegurar o princípio da escola a tempo inteiro, garantido a permanência das crianças dos Jardins de Infância e alunos do Ensino Básico durante todo o dia, com cobertura mínima de 8 horas (estabelecimentos de ensino abertos pelo menos até às 17.30 horas), durante as quais decorrerão actividades curriculares e actividades de enriquecimento curricular;
- garantir o regime normal funcionamento de horários (isto é, sem desdobramento de horários), o que pressupõe a disponibilização de instalações próprias para refeições, com minimização das deslocações em tempo útil e maximização da segurança e conforto para os alunos);
- a requalificação do primeiro ciclo do ensino básico através da racionalização e potenciação dos investimentos e condições pedagógicas, com concentração dos alunos em “Centros Escolares”⁶ se necessário, atendendo sempre às acessibilidades, bem como ao tempos máximos aceitáveis de deslocação dos alunos, evitando a permanência de escolas isoladas e com um número reduzido de alunos que incluam pré escolar e 1º CEB, bem como as escolas básicas integradas, com inclusão sempre que possível do pré-escolar;
- potenciar a diversificação das ofertas educativas, considerando naturalmente a sua complementaridade.

Em termos organizativos, não foram publicados normativos que impliquem o reequacionamento dos critérios de ordenamento da rede escolar. Considera-se, no entanto, ser de salientar que, na sequência do Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio, que define o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação do ensino básico e secundário, foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 12/2000, de 29 de Agosto, que fixa os requisitos necessários à constituição e à instalação dos agrupamentos de escolas de estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do ensino básico - podendo incluir o ensino secundário, o que não é o caso de Paredes de Coura -, bem como os procedimentos relativos à sua criação e funcionamento.

Os critérios de referência para o dimensionamento de um agrupamento são os seguintes⁷:

⁶ “Centro Escolar”, embora não previsto formalmente no actual glossário do Ministério da Educação, pode ser definido como estabelecimento que integra preferencialmente ofertas do pré-escolar e dos primeiro e segundo ciclos do ensino básico, adaptado para situações de más acessibilidades e de povoamento rarefeito, correspondendo a uma espécie de Escola Básica Integrada incompleta (EBI), por ser desprovida do terceiro ciclo. Os três “Centros Escolares” já existentes no Vale do Minho apenas abrangem até ao momento o pré-escolar e o 1º ciclo do básico.

⁷ DREN - Divisão de Equipamentos Educativos, “Documento orientador de reordenamento da rede/agrupamentos de escolas”, s/d.

- *Irradiação* – a distância máxima recomendável em transporte público entre os estabelecimentos extremos do agrupamento: 15 km e 50 minutos;

- *População escolar a abranger*

Agrupamentos envolvendo JI e EB 1,2,3 - máximo recomendável de 1500 alunos;

Agrupamentos envolvendo ES - máximo recomendável de 2500 alunos.

Relembra-se ainda que a constituição de um agrupamento, para além do parecer da autarquia, depende da existência cumulativa dos seguintes requisitos:

- projectos pedagógicos comuns e percursos escolares integrados;
- articulação curricular entre níveis e ciclos educativos;
- justificação da proximidade geográfica e garantia que nenhum estabelecimento fique em condições de isolamento;
- compatibilidade com os princípios orientadores do reordenamento da rede educativa.

Na prática, no caso de existir apenas um Agrupamento Educativo vertical ao nível do concelho, como acontece em Paredes de Coura, o espaço geográfico de actuação do Agrupamento coincide com o de “território educativo”⁸ em que se pretende assegurar o efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória. Mas o conceito de “território educativo” é mais rico que o de “agrupamento”, uma vez que é de natureza matricial. Tem a ver com a determinação de modelos de planeamento para uma gestão integrada da educação e formação. Pretende-se aí integrar e enquadrar factores preexistentes e outros modos de conjugação de natureza socioeconómica, cultural e territorial na implementação de políticas e gestão dos recursos educativos em articulação com o respectivo projecto educativo.

Ao nível do Ensino Secundário Regular, a Reforma em que se insere o Decreto-Lei n.º 74/2005, de 26 de Março, “contempla medidas inovadoras relativamente à diversidade da oferta educativa e especificidade dos cursos consoante a sua natureza, procurando, deste modo, adaptá-la quer às motivações e expectativas dos alunos, quer às exigências requeridas pelo desenvolvimento do País”.

Entre os princípios orientadores que devem enformar a organização e a gestão do currículo do nível secundário destacam-se:

⁸ Ver Glossário (Anexo 1).

- articulação com o ciclo de escolaridade anterior, com as outras formações de nível secundário e com o ensino superior;
- flexibilidade na construção de percursos de formação;
- permeabilidade entre cursos;
- integração do currículo e da avaliação;
- transversalidade da educação para a cidadania;
- introdução da obrigatoriedade da disciplina de tecnologias da informação e comunicação;
- favorecimento da integração das dimensões teórica e prática dos saberes;
- enriquecimento das aprendizagens através do alargamento da oferta de disciplinas;
- equilíbrio na distribuição da carga horária de cada 1 dos 3 anos;
- racionalidade da carga horária lectiva semanal;
- alargamento da duração dos tempos lectivos.

Os novos princípios orientadores definidos pelo ME destacam ainda a importância da valorização dos Cursos de Especialização Tecnológica (CET) e dos Percursos Educativos e Formativos após o 9º ano de escolaridade, como forma de combater os défices de escolarização que subsistem e promover a qualificação escolar e profissional. É ainda destacada a necessidade de aposta na criação de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), como forma de estímulo e apoio efectivo à procura de certificação e de novas oportunidades de formação, bem como de promoção do reconhecimento, por parte dos sistemas de educação e formação, das competências adquiridas pelos adultos ao longo do seu percurso pessoal e profissional.

O Ensino secundário recorrente constitui outra modalidade complementar. “Considerando a necessidade de proporcionar aos jovens uma segunda oportunidade de formação que permita conciliar a frequência de estudos com uma actividade profissional, o Decreto Lei n.º 74/2004 consagra ainda os cursos científico-humanísticos, tecnológicos e artísticos especializados de ensino recorrente cuja matriz curricular é definida pelo Decreto- Lei n.º 157/2004, de 30 de Junho. A Portaria n.º 550-D/04, de 21 de Maio, aprova o regime de organização e funcionamento destes cursos”.

O conjunto destes novos princípios orientadores e dos novos critérios de reordenamento da rede escolar constitui um elemento central da reflexão sobre o sistema educativo de Paredes de Coura e impõe uma análise cuidada das formas de reestruturação da oferta educativa local, designadamente ao nível do pré-escolar e básico. Há que salvaguardar que

a rede possua condições físicas indispensáveis ao cumprimento dos actuais objectivos curriculares e ao desenvolvimento educativo e social das crianças de forma qualificada e qualificante.

2. Enquadramento e síntese do diagnóstico

A Fase que precedeu a presente reflexão acerca do reordenamento da Rede Escolar de Paredes de Coura consistiu na elaboração de um Diagnóstico bastante exaustivo da situação educativa local, o qual continha uma análise sistemática da evolução recente da procura de ensino e da oferta educativa do concelho, bem como elementos relativos à caracterização demográfica e socioeconómica de Paredes de Coura. É uma resenha das principais conclusões desse documento que apresentamos de seguida.

De acordo com informação do “AV de Escolas Território Educativo de Coura” desde o ano lectivo de 1999/2000 que a rede escolar do concelho tem vindo a ser alvo de reorganizações constantes. No ano 1999/2000 foi criada a EB2,3/S com agregação e extinção das anteriores EB2,3 e EB3/S.

No ano 2001/2002 constituiu-se o Agrupamento Horizontal de Escolas do 1º ciclo e pré-escolar. Com a constituição do Agrupamento Vertical em 2003/2004 integrando todos os estabelecimentos de ensino público do concelho e com Escola-Sede na EB2,3/S, foi extinto o Agrupamento Horizontal.

Finalmente no ano lectivo 2004/2005, com a inauguração do novo Centro Escolar da vila (que inclui valência de Jardim de Infância) procedeu-se à concentração de 20 escolas do 1º ciclo, mantendo-se cinco jardins de infância públicos do Ministério da Educação em 5 freguesias do concelho, distantes cerca de 3 a 8 km da Escola-Sede.

Pedagogicamente o Agrupamento está organizado em quatro Departamentos Curriculares, um Conselho de Docentes do 1º ciclo, de docentes titulares de turma, um Conselho de Docentes do Ensino Pré-Escolar, três Conselhos Docentes de Directores de Turma (2º, 3º ciclos, Secundário), um Conselho Pedagógico, uma Equipa de Educação Especial, uma Assembleia de Agrupamento e o órgão de Gestão com cinco elementos representativos de todos os níveis de ensino.

Tendo presente a avaliação efectuada pelo Conselho Executivo do AV de Escolas Território Educativo de Coura, podem-se destacar os seguintes pontos fortes e pontos fracos deste Agrupamento:

Pontos Fortes	Pontos Fracos
- capacidade de liderança e de decisão do órgão de gestão, com envolvimento e participação dos actores educativos;	- grupo docente instável (80% anualmente renovado) e demasiada responsabilização e atribuição de deveres à escola em aspectos extra-escolares; - Insuficiência de recursos humanos ao nível do pessoal não docente (auxiliares de acção educativa, cozinheiras e pessoal administrativo; - Reduzida oferta de trabalho no concelho limitando as saídas profissionais dos alunos;
- o apoio e colaboração de alguns docentes e pessoal auxiliar na implementação de medidas de melhoria; - o apoio das autarquias e outras parcerias sociais; - Obtenção de alguns resultados positivos nos combates ao abandono escolar, saída precoce do ensino e assiduidade e inserção no mercado de trabalho;	-elevado nº de alunos com NEE, com dificuldades de aprendizagem e de apoio sócio-educativo; assim como de alunos com comportamentos irreverentes e sem respeito pelos adultos e espaços e bens comuns, principalmente no 1º ciclo; - Pouca escolaridade da generalidade dos encarregados de educação, algum alheamento em relação à escola e ao processo educativo dos seus educandos e falta de colaboração, participação e iniciativas por parte da Associação de Pais e Encarregados de Educação; - Insuficiência de verbas do Estado para a gestão do Agrupamento;
- a concentração das escolas do 1º ciclo possibilita o desenvolvimento de actividades complementares com os alunos e a partilha de experiências entre docentes em espaços e equipamentos adequados que não existiam anteriormente.	- Insuficiência de espaços para o desenvolvimento de actividades de complemento curricular, para a criação de salas temáticas, atelier e oficinas de trabalho nos diversos ciclos do Ensino Básico

Educação Pré-Escolar

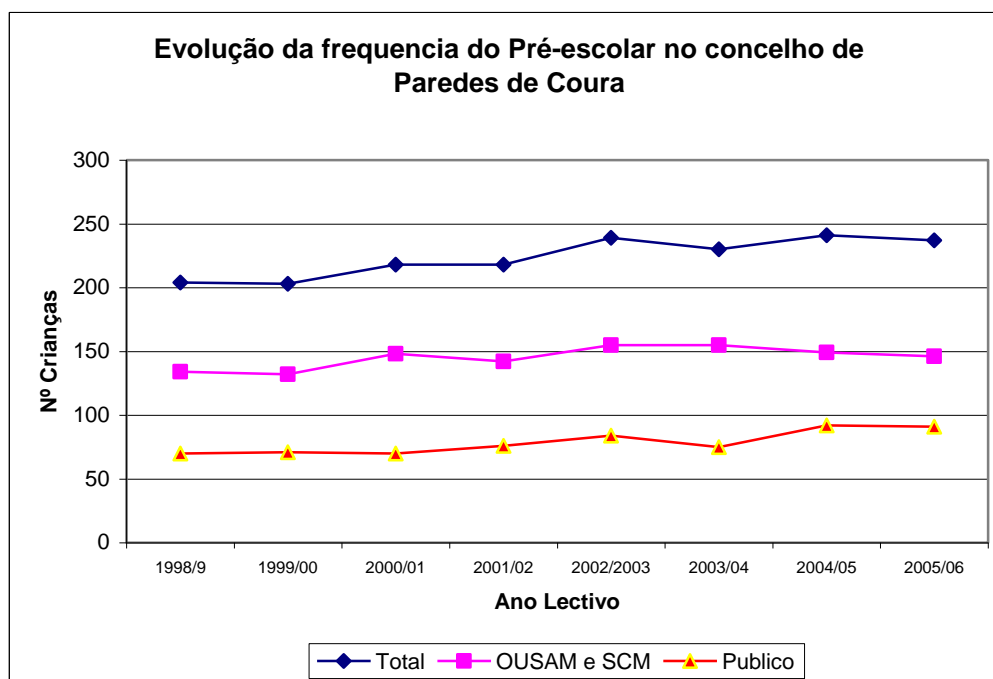
O concelho de Paredes de Coura regista uma capacidade instalada que excede a procura potencial, tendo em consideração o número de crianças actual e previsto no grupo etário dos 3 aos 5 anos. No ano lectivo de 2005/2006, encontravam-se em funcionamento seis jardins-de-infância públicos, os quais congregam um total de 91 alunos (média de 15 alunos por JI, o que representa uma única sala por jardim-de-infância). Nenhum dos jardins-de-infância públicos ultrapassa um nível de frequência de 25 crianças (Quadro 1). O número de crianças a frequentar a rede pública manteve-se sensivelmente idêntico em relação ao ano anterior (-1 criança), registando aumento de frequência apenas o JI da Vila.

O Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia (funcionando também na Vila) registou apenas 32 crianças (decréscimo de 18 crianças em relação ao ano anterior)

Os restantes cinco jardins-de-infância da rede privada e solidária, geridos pela OUSAM registam em 2005/06 um total de 114 crianças (acréscimo de 15 crianças face ao período anterior).

Todavia, e tendo em conta a evolução prevista da população em idade de frequentar o pré-escolar, bem como os mais recentes dados da natalidade concelhia, deverá ser uma

prioridade o ajustamento da oferta existente à procura efectiva e potencial, de forma a rentabilizar recursos, sem que isso signifique prejuízo para as crianças, sobretudo no que concerne aos critérios de irradiação dos jardins-de-infância (descritos mais à frente neste documento).



Quadro 1 -Evolução da frequência dos Jardins-de-Infância do concelho de Paredes de Coura

		Ano								2005/2006		
		1998/9	1999/00	2000/01	2001/02	2002/2003	2003/04	2004/05		Alunos TT	Alunos Transp	Alunos da Freguesia
Jardim de Infância	Freguesia	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos				
Bico (OUSAM)	Bico	19	18	23	20	23	24	21		24	23	10
Cossourado	Cossourado	16	13	14	9	16	13	10		7	6	3
Barreiros	Coura	6	10	8	10	-	-	-		-	-	-
Cristelo (OUSAM)	Cristelo	19	16	25	19	26	25	22		19	19	3
Cunha (OUSAM)	Cunha	21	21	20	17	20	19	19		28	28	22
Ferreira (OUSAM)	Ferreira	19	22	14	14	15	14	16		21	21	7
Boavista	Formariz	11	12	15	20	19	14	14		15	13	11
Igreja	Infesta	12	11	11	9	13	18	16		13	11	10
Outeiro	Insalde	10	11	11	11	11	5	11		12	12	8
Lama	Moselos	15	14	11	17	25	25	21		20	18	8
SC Misericórdia	P. Coura	37	37	46	50	52	52	50		32	0	19
Vila	P. Coura	-	-	-	-	-	-	20		24	0	12
Rubiães (OUSAM)	Rubiães	19	18	20	22	19	21	21		22	20	8
Totais		204	203	218	218	239	230	241		237	171	121

Fontes: DREN- ME (dados 1999/2000 a 2003/2004) e Câmara Municipal (dados 1998/1999, 2004/2005 e 2005/2006).

De referir, contudo, que o carácter relativamente disperso e alargado da rede do Pré-Escolar foi responsável, na década de 90 e inícios de 2000, pelo crescimento significativo da taxa de pré-escolarização, que se mantém acima da média do Continente e da média do Vale do Minho. Para este resultado positivo tem sido muito relevante nas freguesias rurais o contributo da Associação OUSAM - instituição de solidariedade social que tem desenvolvido

a sua actividade autonomamente, embora em parceria com a Câmara Municipal – enquanto na sede do concelho se destaca a Santa Casa da Misericórdia.

Os dados disponíveis em relação à origem geográfica das crianças do pré-escolar por freguesia permitem constatar que no ano 2005/06 existem apenas duas freguesias com mais de 20 crianças a frequentar (a sede de concelho e Cunha), seguindo-se cinco freguesias com número de crianças entre 11 e 19 (Padornelo, Formariz, Infesta, Castanheira e Resende). O número total de crianças a frequentar o pré-escolar e que residem no concelho (227) é praticamente igual ao estimado para a população no grupo etário 3-5 anos (225), o que revela que a taxa de pré-escolarização é de praticamente 100%. Detectam-se contudo algumas diferenças nas duas distribuições entre freguesias, o que poderá revelar alguma mobilidade da população intra-concelho associada a uma eventual flutuação no critério de definição da freguesia de naturalidade das crianças nascidas (que o INE faz coincidir com a freguesia de residência oficial da mãe).

Quadro Freguesias de Origem das Crianças do Pré-Escolar , 2005/06													
Origem - Destino	Bico	Cossourado	Cristelo	Cunha	Ferreira	Formariz	Infesta	Insalde	Mozeiros	PC-SCM	PC-V	Rubiães	Total Concelho
Aqualonga											1	4	5
Bico	10												10
Castanheira			10							3			13
Cossourado		3			2					1			6
Coura		1										5	6
Cristelo			3								3		6
Cunha				22									22
Ferreira					7					2			9
Formariz					1	11				2			14
Infesta					1		10				3		14
Insalde					2			8					10
Linhares		2			6					2			10
Mozelos									8		1		9
Padornelo						3		1	8	2	1		15
Parada	7								2				9
Paredes de Coura	1		3	2					2	19	12	1	40
Porreiras											1		1
Resende			3	4	2						2		11
Romarigães							2					2	4
Rubiães		1					1					8	10
Vascões	5												5
Total Crianças do Concelho	23	7	19	28	21	14	13	9	20	31	24	20	229
Origem de Outros concelhos	1					1		3		1		2	8
Total de Crianças	24	7	19	28	21	15	13	12	20	32	24	22	237

Fontes: Câmara Municipal (dados 2005/2006).

Nesta altura, porém, a generalidade das freguesias apresenta um nível de procura potencial insuficiente (segundo os dados dos Censos 2001, dezasseis freguesias do concelho

apresentam número de crianças residentes de 3 a 5 anos inferior a 10), havendo apenas cinco freguesias com número de crianças superior a 10 (Paredes de Coura, Resende, Formariz, Castanheira e Cunha).

A estabilização dos níveis de frequência que os dados existentes deixam perceber significarão, por isso, um avanço progressivo da taxa de pré-escolarização a caminho dos 100%.

Em 2005/2006, existiam nos seis estabelecimentos do Pré-Escolar público 9 educadoras (inclui 2 apoios educativos e 1 ao abrigo da Portaria 296) o que representa uma relação de cerca de 10 crianças por educadora. Os cinco Jardins de Infância da OUSAM abrangiam 5 educadoras e 10 auxiliares de educação.

De um modo geral, as instalações e equipamentos, embora respondam minimamente às necessidades, são insuficientes para responder ao incremento dos padrões de qualidade necessários, necessitando de modernização. As redes pública e privada não se encontram devidamente estruturadas, nem as áreas de influência de cada estabelecimento clarificadas, o que acarreta alguma irracionalidade em termos de deslocações e transporte.

A nova EB1/JI da Vila, inaugurada no ano lectivo de 2004/2005, possui 2 salas de Jardim-de-Infância, estando no entanto apenas 1 sala a funcionar, uma vez que, em conjunto com o JI da Santa Casa da Misericórdia, permite satisfazer a procura existente. Ambos os JI apresentam boas condições de funcionamento.

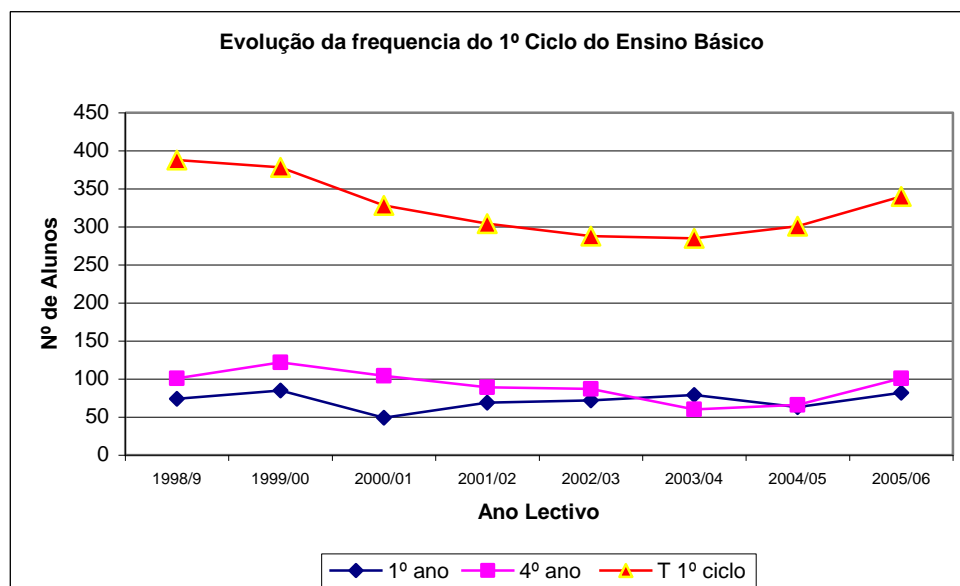
No ano lectivo de 2005/2006 a totalidade dos estabelecimentos possuía prolongamento de horários.

1º Ciclo do Ensino Básico

Ao nível do 1º Ciclo do Ensino Básico, o reordenamento da rede escolar concelhia teve já lugar, com a construção e abertura, em 2004/2005, da nova escola EB1/JI de Paredes de Coura, a funcionar em 4 blocos de espaços num total de 16 salas. Esta escola reúne os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico de todo o concelho e contempla a integração das

diferentes valências que permitem responder de forma mais eficaz às novas exigências ao nível do ensino.

Em 2005/2006, frequentam o Centro Escolar da Vila 340 alunos, valor que representa uma relativa estabilização do número de alunos deste nível de ensino no período de 1998/1999 a 2005/2006 e até uma certa inversão – no actual ano lectivo – da tendência de quebra no número de alunos a que se vinha assistindo nos últimos anos. A evolução prevista da população em idade de frequência deste nível de ensino indicia, porém, que esta inversão não é sustentada, pelo que deveremos assistir, nos próximos anos, à prossecução da quebra no número de alunos do 1º Ciclo do Básico. O número de alunos no 1º ano e 4º ano no ano lectivo de 2005/06 afigura-se como excessivamente elevada face às dinâmicas dos últimos anos.



Quadro 2 *Evolução da frequência do 1º Ciclo do Ensino Básico no concelho de Paredes de Coura*

Anos	1998/9	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
1º	74	85	49	69	72	79	63	82
2º	100	83	95	56	75	82	87	84
3º	113	88	80	90	54	64	85	73
4º	101	122	104	89	87	60	66	101
T	388	378	328	304	288	285	301	340

Nota: A partir de 2004/2005, os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico foram concentrados no Centro Escolar de Paredes de Coura.

Fontes: DREN-ME (dados 1999/2000 a 2003/2004) e Câmara Municipal (dados 1998/1999, 2004/2005 e 2005/2006).

Apesar da abertura do Centro Escolar da Vila e da concentração neste estabelecimento de ensino de todos os alunos do 1º Ciclo do concelho, alguns desafios continuam a colocar-se à autarquia e demais actores envolvidos directa e indirectamente no projecto, de que se destacam:

- optimização da rede de transportes, com custos comportáveis para a Câmara Municipal, eficaz e segura para as crianças, sem resultar em desvantagem para alguns alunos que residem em freguesias mais periféricas;
- dotação de maior dimensão dos projectos educativos e da sua capacidade de captação/centralização de apoios significativos da comunidade, de incremento das condições para uma visibilidade educativa e de incremento das competências de cidadania das crianças que frequentam o estabelecimento de ensino;
- concepção e implementação de um sistema de monitorização e avaliação para a nova EB1, tendo por referência os impactos do funcionamento da nova escola no território em geral e nos alunos em particular em domínios variados (apoio sócio-educativo, cooperação profissional entre professores e educadores e outros técnicos, gestão escolar, pedagógica, administrativa e financeira, políticas de segurança activa e passiva, participação e associativismo dos pais e encarregados de educação, ATL).

Uma nota de destaque também para a taxa de repetência escolar, que é significativa, rondando os 16% no concelho no ano de 2001, ainda que praticamente a totalidade das crianças cumpra o 1º CEB. Contudo, esta taxa tem vindo a diminuir gradualmente na nova escola EB1/JI da vila, rondando actualmente os 10%.

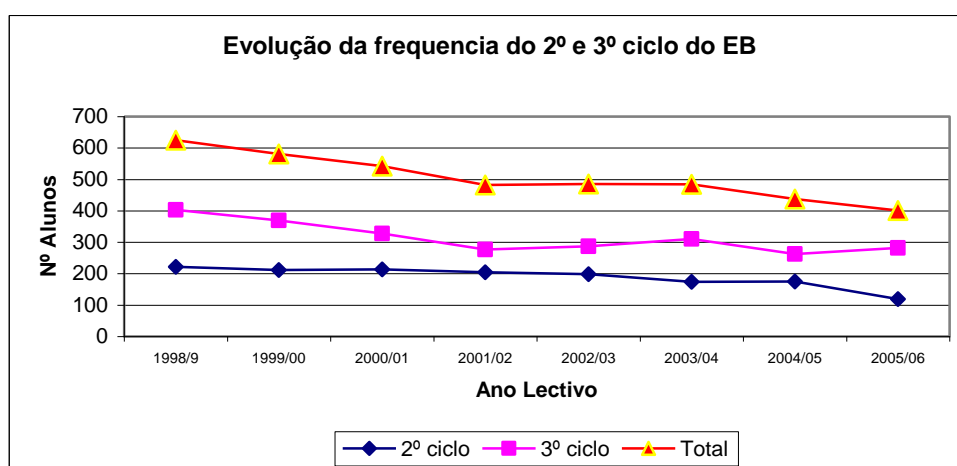
O Centro Escolar da Vila tem ao serviço, em 2005/2006, 29 professores (menos 2 que no ano anterior), o que representa uma média de 12 alunos por professor.

2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

Os 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico são ministrados na EB 2,3/S de Paredes de Coura. Esta escola dispõe de um total de 36 salas de aula, 3 laboratórios de informática e 1 Centro de Recursos. Considerando uma capacidade de 20 a 25 alunos por turma, em regime normal esta escola terá capacidade global entre 720 e 900 alunos.

Em 2005/2006, frequentavam os dois níveis de ensino básico 401 alunos: 119 no 2º Ciclo e 282 no 3º Ciclo. Este valor representa um decréscimo considerável no número de alunos

face ao ano lectivo transacto, decréscimo esse particularmente acentuado no 2º Ciclo (menos 32%), como é possível conferir pela análise do Quadro 3, embora neste último ano lectivo no 3º ciclo aumente ligeiramente. Mantém-se pois, globalmente, uma tendência que já vinha do ano lectivo de 1999/2000 – associada, de resto, a uma quebra global dos índices de natalidade – e que tem feito decrescer significativamente o número global de alunos da EB 2,3/S de Paredes de Coura.



Quadro 3 *Evolução da frequência dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico no concelho de Paredes de Coura*

Anos	1998/9	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
5º	114	101	106	103	85	87	59	58
6º	108	111	108	102	113	87	116	61
TT EB2	222	212	214	205	198	174	175	119
Anos	1998/9	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
7º	117	112	122	77	92	112	67	107
8º	155	128	97	115	93	92	114	70
9º	131	129	109	85	102	106	82	105
TT EB3	403	369	328	277	287	310	263	282

Fontes: DREN-ME (dados de 1998/1999 a 2003/2004) e Câmara Municipal (dados de 2004/2005 e 2005/2006).

O abandono escolar e a saída antecipada do Ensino Básico registavam, no ano de 2001, valores bastante elevados e superiores à média do Continente, enquanto a taxa de retenção no conjunto do Ensino Básico era idêntica à do Minho-Lima, mas inferior à do Continente. Os valores do abandono escolar tem vindo a diminuir fruto do esforço da Escola, e embora a percentagem de retenção seja actualmente relativamente baixa é mais significativa,

segundo dados fornecidos pelo Agrupamento, no 2º ano (23%), 4º ano (29%) e 5º ano (13,5%).

Em 2005/2006, a relação entre professores e alunos era, no 2º e 3º Ciclos do Básico, semelhante e bastante baixa: 4 alunos por professor no 2º Ciclo, 5 alunos por professor no 3º Ciclo.

As instalações da EB 2,3/S estão em bom estado e satisfazem as necessidades existentes e previstas. Possui, designadamente, cantina, reprografia, biblioteca, integrada na rede nacional de Bibliotecas Escolares, salas de estudo e de informática, videoteca e Centro de Formação.

Ensino Secundário

O Ensino Secundário regular é ministrado nas vertentes de curso de carácter geral e cursos tecnológicos na EB2,3/S e na vertente cursos profissionais, nível III, na EPRAMI – Escola Profissional do Alto Minho Interior.

Em termos globais, nos cursos do secundário ministrados na EB 2,3/S de Paredes de Coura regista-se uma brusca diminuição da procura no ano lectivo de 1999/2000, seguindo-se uma estabilização nos dois anos seguintes e uma retoma no ano de 2003/2004, com nova quebra em 2004/2005. Em 2005/2006, frequentavam o Secundário na EB2,3/S do concelho de Paredes de Coura 134 alunos (Quadro 4).

Quadro 4- *Evolução da frequência do Ensino Secundário regular na EB2,3/S de Paredes de Coura*

Anos	1998/9	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
10º	51	80	68	58	58	94	77	55
11º	60	38	47	37	32	34	25	49
12º	42	65	36	38	40	36	32	30
TT ES	153	183	151	133	130	164	134	134

Fontes: DREN-ME (dados de 1998/1999 a 2003/2004) e Câmara Municipal (dados de 2004/2005 e 2005/2006).

No caso da Escola Profissional EPRAMI-sede, com cursos que conferem equivalência escolar ao 12º ano e foi criada, por contrato Programa, com o Ministério da Educação que superintende toda a sua actividade pedagógica, o número de alunos cresceu significativamente até ao ano 2001/02 (atingindo 157 alunos), diminuindo nos dois anos

seguintes (118 alunos em 2003/04) último ano para o qual se tem dados⁹, sendo, contudo, uma parte significativa dos alunos oriundos de outros concelhos do Alto Minho. As taxas de conclusão dos cursos profissionais no final dos 3 anos são bastante elevadas

As projecções demográficas elaboradas deixam antever a prossecução da quebra do número de alunos deste nível de ensino, algo que poderá ser contrariado por um reforço do combate ao abandono escolar e por um consequente alargamento das taxas de escolarização ao nível do Secundário.

A taxa de aproveitamento no Ensino Secundário verificada no ano lectivo de 1999/2000 (dados Giase) era, aliás, ligeiramente inferior (61,2%) às médias do Continente e do Minho-Lima. Também preocupantes são os elevados índices de Saída Antecipada do Ensino Básico e Saída Precoce do sistema de ensino, antes de conclusão do ensino secundário, verificados para o concelho em 2001. Contudo, fruto do esforço dispendido, o abandono escolar e saída precoce tem diminuído, segundo dados do Agrupamento, sendo actualmente as taxas de retenção relativamente baixas, embora significativas no 12º ano (31%) e no 10º ano (13%).

Em 2005/2006, a relação do nº de professores por aluno era bastante baixa no secundário. Conforme já foi referido, as instalações da EB 2,3/S são de qualidade e tipologia adequada e apresentam-se em razoável estado de conservação. As instalações da EPRAMI foram objecto de obras de ampliação nos últimos anos e apresentam boas condições.

Em 2003/04 existia apreciável diversidade de oferta de cursos profissionais da EPRAMI (Técnico de multimédia; electrónica; animador sócio-cultural/assistente familiar; Técnico de Informação BAD/Biblioteca e Serviços de documentação) e relativa complementaridade com os outros pólos da EPRAMI, de Monção e Melgaço.

Em contrapartida a oferta de cursos gerais e cursos tecnológicos na EB2,3/S de Paredes de Coura é exígua. No ano 2005/06 ao nível do secundário tinham nos cursos científico-humanísticos a área “ciências e tecnologia” e curso tecnológico na área “informática”.

A existência da ESCE (Escola Superior de Ciências Empresariais), enquanto pólo do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, actualmente com duas licenciaturas (“Informática

⁹ Dados para 2004/05 retirados do site do Giase referem frequência de 141 alunos nos Cursos Profissionais de nível III e 30 alunos nos Cursos de Especialização Tecnológica, um pessoal docente de 58 indivíduos e pessoal não docente de 18.

Empresarial” e “Distribuição e Logística”), a funcionar no concelho vizinho de Valença, constitui outro factor de prosseguimento dos estudos e de dinamização de cursos tecnológicos e profissionais de nível secundário nos domínios da Economia e Gestão.

Ensino Recorrente e Formação Profissional

O ensino recorrente tem um peso residual na estrutura da procura ao nível do 1º ciclo e do 2º ciclo, estando também presente ao nível do ensino secundário (nocturno).

No caso do 1º ciclo a frequência no ano de 2003/04 foi de 23 alunos, com ausência de alunos no 2º ciclo, datando de 1999/2000 o último curso que teve 14 adultos.

No secundário tem funcionado apenas cursos de carácter geral, e o número de alunos tem vindo a diminuir, cifrando-se em 29, no ano 2003/04.

Quanto à componente de aprendizagem e formação profissional, o concelho está inserido na área de influência do Centro de Emprego dos Arcos de Valdevez.

O Centro de Emprego dos Arcos de Valdevez tem realizado alguma oferta, com incidência em Paredes de Coura. Destaque para acções de nível III - “Aprendizagem – Formação inicial”, (técnico administrativo, técnico de qualidade e técnicas aplicadas serviços pessoais e à comunidade).

No período 2002 a 2004 foram desenvolvidas mais três acções de “outra oferta formativa” muito ligados às especificidades do mundo rural (Programa “Escolas-Oficina” – o ciclo do linho; cultivo de especiarias e ervas aromáticas; e no âmbito dos Serviços Pessoais à Comunidade - curso de geriatria).

No âmbito do ON - Programa Operacional da Região Norte, medida 3.3- (promoção da empregabilidade e do emprego a nível local) registam-se 21 candidaturas aprovadas, com a seguinte distribuição:

- 16 projectos de qualificação e reconversão profissional;
- 3 projectos de qualificação profissional com progressão escolar;
- 1 curso de aperfeiçoamento profissional e 1 curso para jovens adultos desempregados com formação superior;

Contudo nenhum destes projectos do ON teve incidência directa no Concelho de Paredes de Coura.

São ainda de referir, projectos de formação contínua com outras dinâmicas e componentes de formação na região, designadamente apoiados pelo ON- medida foral, pelo POEFDS e pelo INTERREG – Serviço EURES.

- ON (programa Foral, medida 1.5 FSE), abrangeu no período 2000/2003, três candidaturas de formação para funcionários e agentes da Administração Local, 2 das quais promovidas pela Associação de Municípios do Vale do Minho.

- POEFDS, que financiou em número apreciável projectos de formação profissional, contemplando cerca de 223 formandos no concelho, no período 2000-03. Os projectos de formação profissional contínua abrangeram sobretudo o aperfeiçoamento e especialização de activos qualificados promovidos por entidades diversas (associações empresariais regionais e locais, associações de desenvolvimento, associações de agricultores, associações humanitárias de bombeiros e empresas de formação). Entre as entidades locais executoras destaque para uma empresa e a ADEMINHO.

- INTERREG – Serviço EURES – com escritório no vizinho concelho de Valença - iniciativas e projectos transfronteiriços de formação profissional para desempregados. No âmbito de cursos que se encontravam a decorrer em Setembro de 2003 e em que participavam portugueses dos concelhos do Vale do Minho destaque para os promovidos pelo Centro de Formação de Pontevedra (técnicos de confecção, operadores de equipamentos de escavação, empregado de mesa e empregado comercial) e pelo IEFP – Centro de Formação de Viana do Castelo (mecânico automóvel, electrónica).

3. Previsão da evolução da população escolar

Admite-se, de acordo com o cenário 2 do estudo de diagnóstico, que o concelho de Paredes de Coura consiga estabilizar durante a primeira década do século XXI o quantitativo de população registado em 2001, o que pressupõe alguma capacidade de atracção de população, uma vez que o saldo fisiológico dificilmente deixará de ser negativo.

População Residente em Idade Escolar em Paredes de Coura

	3 a 5 anos		6 a 9		10 a 11		12 a 14		15 a 17 Anos	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
1991*	329	3.2	519	5.0	310	3.0	465	4.5	496	4.7
2001	184	1.9	289	3.0	188	2.0	311	3.2	393	4.1

Fonte: INE Censos de 91 e 2001 – quadro 7, p. 27 do relatório de diagnóstico

Assumindo que a taxa de natalidade se manterá sensivelmente constante entre 2004 e 2011 (de acordo com a média anual verificada no período entre 1999 e 2004, que é inferior à verificada entre 1991 e 2000), e que as metas para as taxas de pré-escolarização e de escolarização são as que seguidamente se apresentam (Quadro 5), obtém-se o número esperado de alunos que irão frequentar os vários níveis de ensino nos anos de 2006 e 2011 (Quadros 7 e 8). De referir que comparativamente ao ano de 2001 apenas no grupo 3-5 anos se regista um ligeiro aumento em números absolutos, tendo os restantes grupos etários decréscimos sensíveis.

Quadro 5 *Taxas de cobertura oficiais e taxas de cobertura adoptadas para os diferentes níveis de ensino*

	Taxas de Cobertura oficiais (número mínimo de alunos)	Taxas de cobertura adoptadas (número máximo de alunos)
Pré-Escolar	90 % da população de 3 a 5 anos	100%
1º CEB	Ensino Obrigatório, 100 % indivíduos 6-9 anos	110%
2º CEB	Ensino Obrigatório, 100 % indivíduos 10-11 anos	110%
3º CEB	Ensino Obrigatório, 100 % indivíduos 12-14 anos	110%
Ens. Secundário	75% a 80% indivíduos de 15 a 17 anos	100%

As taxas de cobertura adoptadas têm em conta as metas a atingir até 2010 em matéria de diminuição das taxas de repetência e de abandono escolar, em conformidade com os objectivos de desenvolvimento da política educativa definidos a nível nacional e que são os seguintes:

Quadro 6 *Objectivos do Ministério da Educação relativamente à repetência e ao abandono escolar*

	Taxas de Repetência (%)		Taxas de Abandono (%)	
	2000	2010	2000	2010
1º Ano	---	---	0	0
2º Ano	14	10	0	0
3º Ano	11	7	0	0
4º Ano	13	10	0	0
5º Ano	9	8	3	0
6º Ano	9	8	1	0
7º Ano	12	10	8	0
8º Ano	10	8	8	0
9º Ano	8	8	3	3
10º Ano	17	12	20	5
11º Ano	12	12	7	5
12º Ano	24	15	---	---

Fonte: DAPP "O Futuro da Educação em Portugal"

Quadro 7 *Previsão do número de crianças a frequentar os diferentes níveis de ensino em 2006 e 2011*

	JI		1º CEB		2º CEB		3º CEB		Ens. Sec.	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
N.º Mínimo de Alunos	203	201	277	302	125	143	215	210	210	149
N.º Máximo de Alunos	225	224	305	332	138	157	237	231	262	186

Quadro 8 *Previsão, com natalidade constante e sem migrações, da população em idade escolar, por freguesia e grupo etário*

	3-5 Anos		6-9 Anos		10-11 Anos		12-14 Anos		15-17 Anos	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Agualonga	9	7	5	7	2	7	12	3	8	5
Bico	3	5	8	7	5	4	9	5	13	7
Castanheira	17	20	20	28	15	11	11	15	24	20
Cossourado	10	8	11	14	6	3	10	10	10	7
Coura	8	10	6	13	7	7	5	2	10	9
Cristelo	4	7	15	4	1	6	10	12	9	5
Cunha	18	16	17	20	8	12	17	12	13	12
Ferreira	7	8	6	12	6	3	13	4	15	8
Formariz	15	11	19	12	11	11	14	15	16	16
Infesta	11	13	15	18	5	4	8	13	12	9
Insalde	10	8	9	10	6	7	10	7	12	11
Linhares	9	8	10	12	3	6	4	7	8	6
Mozelos	6	4	6	7	5	2	7	5	11	7
Padornelo	12	11	7	18	2	5	12	5	9	8
Parada	9	9	15	10	3	8	8	10	3	5
Paredes de Coura	52	50	60	69	15	32	30	45	37	18
Porreiras	1	1	0	0	1	1	0	0	3	1
Resende	13	15	22	22	10	6	16	20	12	15
Romarigães	1	3	10	4	5	3	9	8	9	7
Rubiães	5	5	13	9	5	3	6	10	22	6
Vascões	5	4	3	6	4	2	4	2	6	4
Concelho	225	224	277	302	125	143	215	210	262	186

4. Propostas de reordenamento da rede escolar concelhia

Efectuado o diagnóstico e detectadas as deficiências da oferta existente, formulam-se, de seguida, propostas de ordenamento da rede educativa do concelho de Paredes de Coura, tendo em conta a situação actual da educação no concelho, as previsões de evolução da população escolar e um conjunto de objectivos que entronca directamente nos princípios e objectivos enunciados na Nota Introdutória do presente documento. Estas propostas tem ainda presente as principais propostas e dinâmicas de reorganização e consolidação por parte Agrupamento Vertical de Escolas Território Educativo de Coura, que tem vindo a ser prosseguidas desde o ano lectivo de 2003/2004.

Princípios orientadores e objectivos de intervenção

Os objectivos do ordenamento da rede educativa do concelho pretendem contribuir para a efectiva generalização do acesso de todas as crianças e alunos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico e a progressiva generalização do secundário, superar situações de isolamento e garantir qualidade funcional, arquitectónica e ambiental dos estabelecimentos de ensino, factores indispensáveis para alcançar sucesso educativo.

Este esforço de reordenamento da rede deverá ser completado com adequadas medidas de Acção Social Escolar e apoio pedagógico às crianças e aos alunos e respectivas famílias, no sentido de combater o insucesso e abandono escolar no Ensino Básico e na transição para o Secundário, aumentando a oferta dos cursos de natureza tecnológica e profissional.

Os objectivos propostos, cujo espírito pretende estar de acordo com o espírito dos princípios definidos pelo Ministério da Educação – sobre os quais tivemos oportunidade de reflectir anteriormente –, são os seguintes:

- Requalificação do parque escolar, procurando a melhoria das condições materiais e de vivência educativa ao nível do Pré-Escolar, tendo em conta a necessidade de prolongamento dos horários e de cumprimento do princípio da “escola a tempo inteiro”;
- Racionalização dos custos com transportes escolares, mas garantindo o respeito pelos critérios de irradiação, sobretudo no Pré-Escolar, e a igualdade de tratamento para as crianças das diversas freguesias com diminuição do isolamento, possibilitando a socialização e a interacção de educadores, professores e alunos;

- Diversificação e melhoramento das ofertas educativas, com valorização das componentes de natureza técnica, tecnológica e vocacional no 3º Ciclo do Ensino Básico e preparação da transição para o Secundário;
- Racionalização dos meios e recursos materiais e humanos disponíveis, procurando articulações e complementaridades do Ensino Secundário a nível intermunicipal, a defesa da qualidade, o respeito dos projectos educativos e das ofertas pelas especificidades das economias locais, etc.;
- Promoção do Ensino Recorrente, da educação de adultos e do reconhecimento, validação e certificação de competências;
- Potenciação dos equipamentos educativos como pólos de dinamismo educativo, económico, social e cívico capazes de servir a comunidade e de contribuir para a fixação da população.

Considerando os objectivos atrás referidos, propõe-se uma atenção particular à situação da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, através da materialização de um projecto de reestruturação da rede educativa concelhia, em consonância com os critérios e conceitos de planeamento do Ministério da Educação (DAPP, 2000 e actualização de 2006) e com os seguintes princípios:

- **Integralidade entre a Educação Pré-Escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico**

A rede do Pré-Escolar deverá estar integrada com o 1º Ciclo do Ensino Básico. No caso concreto de Paredes de Coura, e uma vez que este último nível de ensino é ministrado apenas no Centro Escolar da Vila, deverá ser reforçada a oferta do Pré-Escolar na sede do concelho, e reestruturada e racionalizada a rede dos jardins de infância mantendo-se, em novas condições, alguns dos jardins-de-infância existentes, incluindo os da rede solidária do OUSAM – resultantes de parceria com a Segurança Social e a autarquia -, de forma a não obrigar as crianças a deslocações excessivamente longas em idades muito precoces.

- **Adequação e modernização na organização dos recursos**

Os modos e tempos de funcionamento dos estabelecimentos (JI e EB) deverão ser adaptados às necessidades das famílias e ao ensino do século XXI; o princípio da “escola a tempo inteiro” exige que se assegurem as refeições, que se adeque a rede de transportes escolares e que se promova a oferta de actividades de complemento educativo (inglês¹⁰, educação física, ensino artístico, etc.) e de ocupação dos tempos livres e o desenvolvimento

¹⁰ Com meta de 100% até 2009 (Lei 52/2005)

de novas formas de apoio social. O Centro Escolar da Vila está, aliás, a procurar caminhar neste sentido.

- **Qualificação das condições materiais, conforto e segurança**

Os estabelecimentos deverão obedecer a critérios de qualidade exigentes em matéria de conforto, bem estar, higiene, segurança, condições de acessibilidade e de inserção urbana.

- **Tecnologias da informação e comunicação (TIC)**

Os novos estabelecimentos e escolas deverão dispor, no seu ambiente de trabalho, de acesso generalizado às TIC, enquanto ferramentas essenciais para a integração na sociedade do conhecimento.

Medidas de intervenção

A análise desenvolvida ao longo das diferentes fases de elaboração da Carta Educativa de Paredes de Coura, matizada e aprofundada pela reflexão desenvolvida conjuntamente com os responsáveis do Município, traduz-se na definição de um referencial de planeamento da rede educativa local assente em quatro grandes medidas de intervenção, as quais têm em conta os critérios de reordenamento da rede educativa definidos pelo Ministério da Educação em 2000 e actualizados em Janeiro do presente ano.

M1: Adequação e qualificação da rede de estabelecimentos de Educação Pré-Escolar

Tendo em conta a necessidade de aproximação da taxa de pré-escolarização concelhia aos 100%, mas sendo claro que a oferta actualmente existente – entre jardins-de-infância públicos e jardins-de-infância da rede privada/solidária – excede a procura actual e potencial, impõe-se a adopção de algumas medidas tendentes à racionalização e qualificação da rede Pré-Escolar concelhia.

Esta racionalização, note-se, não pode ser pensada sem ter em conta a oferta da rede privada/solidária, numa perspectiva de complementaridade. De todo o modo, é clara a necessidade de definir capacidades a oferecer e áreas de influência, de modo a assegurar a qualidade de ensino e, simultaneamente, evitar os desperdícios de recursos materiais e humanos.

No que toca à rede pública do Pré-Escolar – e tendo em conta as previsões do número de crianças para 2011 apontadas no Quadro 8 –, parece ser importante introduzir alguns ajustamentos e proceder a uma definição precisa das áreas de influência dos jardins-de-infância a manter e a qualificar. A este nível considera-se imprescindível proceder a alguma concentração de equipamentos e integrar numa perspectiva de complementaridade os estabelecimentos de iniciativa solidária a cargo da OUSAM. Assim, propõe-se quatro centros para a educação pré-escolar, em cuja definição se teve em conta a sua localização geográfica, as condições de acessibilidade, e as intenções da Câmara Municipal em termos de política de ordenamento e desenvolvimento do território municipal:

- O jardim-de-infância do Centro Escolar da Vila que poderá dispor de uma segunda sala em funcionamento (e eventualmente terceira sala, dada a tendência para um maior crescimento da população jovem na sede de concelho), deverá ter como área de influência as freguesias da vila e de Resende;

- Jardim de infância em Moselos, dimensionado com três salas que servirá todo o quadrante Nordeste do concelho (sete freguesias);

- Jardim de infância em Cristelo, dimensionado com duas salas que servirá todo o quadrante Sudeste do concelho (quatro freguesias);

- Jardim de infância em Rubiães, próximo do cruzamento da EN 201 com a EN301 (S. Roque), dimensionado com três salas que servirá toda a metade Poente do concelho (oito freguesias);

O Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia (duas salas), que dispõe também de creche, será complementar. Embora podendo abranger na sua área de influência a totalidade do território concelhio, terá naturalmente uma maior relação com a população das freguesias da faixa central do concelho.

Quadro 9 Rede de jardins-de-infância de Paredes de Coura: princípios, proposta e áreas de influência

Tipologia	Limiar Mínimo de População a Escolarizar	Irradiação	Observações	Proposta e áreas de Influência (Freguesias)
JI (3-5 anos) Taxa de cobertura do Pré-Escolar entre 90% e 100%	20 crianças Os JI deverão ter, no mínimo, 2 salas (2 educadores), correspondendo a cerca de 40 crianças.	A pé: preferencial até 15 minutos; Em Transporte Público: máximo aceitável até 20 minutos	A capacidade instalada é suficiente para as necessidades. Torna-se necessário proceder a alguns ajustamentos e racionalizar as áreas de influência. Adopta-se o princípio da optimização e racionalização da rede.	Centro Escolar de Paredes de Coura (2/3 S) (Paredes de Coura, Resende). JI Lama, Mozelos (3S) (Mozelos, Parada, Padornelo, Insalde, Porreiras, Ferreira e Formariz) SÃO SUSPENSOS OS JI INSALDE E FORMARIZ E INTEGRADO O DE FERREIRA (OUSAM) JI Cristelo (2S) (Bico, Castanheira, Cristelo e Vascões) É SUSPENSO E INTEGRADO O JI BICO (OUSAM) JI Casco, Rubiães (3S) (Aqualonga, Cossourado, Coura, Cunha, Infesta, Linhares, Romarigães e Rubiães) É INTEGRADO O JI CUNHA, (OUSAM) E SUSPENSOS OS JI INFESTA E, COSSOURADO, JI SC Misericórdia (2S) –Dispõe de Creche; Jardim de Infância complementar ao da rede pública, abrangendo todo o concelho.

No que concerne ao número de alunos previsto para 2006 e 2011 para cada um dos JI propostos, e tendo em conta as previsões da evolução demográfica e da evolução da população em idade de frequência deste nível de ensino, podemos concluir que todos os JI estão dimensionados para responder ao limiar mínimo de alunos proposto (2 salas e 40 crianças). O JI de Cristelo é o que apresenta um maior risco de não alcançar aquela dimensão.

Quadro 10 Rede de jardins-de-infância de Paredes de Coura, áreas de influência e previsão da população entre 3 e 5 anos para 2006 e 2011

Estabelecimentos	N.º Salas	Capacidade Proposta	Freguesias Abrangidas e nº crianças (3-5 anos)	2006	2011
Centro Escolar da Vila	2/3	40 a 50	Paredes de Coura, Resende	65	106
Jl Lama, Mozelos	3	60 a 75	Mozelos, Parada, Padornelo, Insalde, Porreiras, Ferreira e Formariz	60	52
Soma Rede Pública	5/6	100 a 125		125	158
Jl Cristelo	2	40 a 50	Bico, Castanheira, Cristelo e Vascões	29	36
Jl Casco, Rubiães	3	60 a 75	Agualonga, Cossourado, Coura, Cunha, Infesta, Linhares, Romarigães e Rubiães	71	70
Soma Rede Privada/Solidária	5	100 a 125		100	106
População a Pré-escolarizar (90 a 100%)	2006	203 a 225			
	2011	201 a 224			
Jl S.C. da Misericórdia	2	40 a 50	O Jl da SC Misericórdia (rede Privada / Solidária) constitui um equipamento complementar, possui creche e serve todo o concelho.	n.a	n.a

O que resulta desta reestruturação é uma rede bastante racional e articulada, que não só responde à procura existente e prevista, como possibilita uma flexibilidade bastante grande e responde às necessidades do concelho em termos de fixação da população e de crescimento. Ao mesmo tempo, esta estrutura do Pré-Escolar assegura, à partida, o cumprimento dos princípios em matéria de irradiação.

Uma ressalva ainda para a necessidade de articular a reestruturação da rede de jardins-de-infância com o apetrechamento e requalificação destes estabelecimentos de ensino, no sentido da sua adequação às exigências de um estabelecimento moderno e promotor de sucesso, no quadro de uma efectiva igualdade de oportunidades para todas as crianças do concelho, independentemente da freguesia de residência. Será ainda necessário assegurar a implementação em todos os Jardins de Infância da componente de apoio à família (refeições e prolongamento de horário) também em parceria com Juntas de Freguesia e Centros Sociais e Paroquiais. No caso dos espaços e instalações de Jardins de Infância cedidos à OUSAM pela autarquia, a gestão corrente dos espaços deverá caber à OUSAM, embora os investimentos e devam ser objecto de parceria e de contratualização com a Câmara Municipal e a Segurança Social, tendo em conta os acordos de cooperação existentes

M2: Combate ao abandono e insucesso escolar

As capacidades existentes no actual Centro Escolar ao nível do 1º ciclo e do actual EB2,3/S de Paredes de Coura são claramente suficientes para responderem à procura potencial, do ensino básico e secundário e mesmo numa perspectiva de plena escolarização para a população em idade escolar, e de reforço do Ensino Recorrente e do Ensino Pós-básico, conforme se poderá ver pelo quadro seguinte.

Convém referir que ao nível do Ensino Secundário para além dos cursos gerais e tecnológicos da Escola Pública, existe a Escola Profissional EPRAMI-sede, que tem desempenhado um importante papel na criação de vias alternativas e profissionalizante no ensino secundário e no combate ao insucesso e abandono escolar, pelo que afigura-se a oferta suficiente e relativamente diversificada.

Equipamentos Existentes (Rede Pública)	N.º de Salas ou Turmas	Capacidade Actual	Procura Potencial		Diferença entre capacidade actual e procura potencial (*)	
			2006	2011	2006	2011
Designação e (tx de cobertura)						
1º Ciclo do Ensino Básico						
Centro Escolar de PC (100 a 110%)	16	320-400	277 a 305	302 a 332	95	68
EB 2,3/S Paredes de Coura	36	720-900	550 a 637	502 a 574	263	326
2º CEB	-	-	125 a 138	143 a 157	-	-
3º CEB	-	-	215 a 237	210 a 231	-	-
Sec.	-	-	210 a 262	149 a 186	-	-
(*) Com base no valor máximo proposto para a capacidade e no número máximo de alunos previsto para 2006 e 2011						

(*) Com base no valor máximo proposto para a capacidade e no número máximo de alunos previsto para 2006 e 2011

Mantendo-se a situação do abandono e do insucesso escolar ainda em níveis que merecem atenção cuidada, o Agrupamento Vertical de Escolas Território Educativo de Coura tem vindo ultimamente a implementar medidas que urge prosseguir. Entre essas medidas já concretizadas destacam-se:

- criação de uma sala de apoio permanente (SAP) na EB1/JI, uma sala de apoio aos alunos da EB2,3/S com NEE, designadamente os que beneficiam de um currículo alternativo, com condições próprias para o desenvolvimento de competências específicas, e duas salas para os alunos com dificuldades de aprendizagem;
- parceria com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, a funcionar na EB1/JI para apoio às crianças em risco;
- Gabinete de psicologia/orientação vocacional para informação e apoio aos alunos para as suas opções;

- Criação de dois cursos de Educação e Formação nas áreas de Informática e Pintura de Cerâmica, com boa adesão por parte dos alunos com risco de abandono ou insucesso escolar;
- criação de dois cursos tecnológicos (informática e desporto) susceptíveis de captar alunos em risco de saída precoce;
- desenvolvimento de parcerias com empresas, dentro e fora do concelho, para estágio de alunos de formação profissionalizante (CEF's) e tecnológica, tendo em vista a sua inserção no mercado de trabalho

Importa, contudo, continuar a desenvolver esforços no sentido da materialização das seguintes linhas de acção:

- Desenvolvimento, em parceria com a DREN, Escolas, Segurança Social e Agentes Locais, de um programa de combate ao abandono e insucesso escolar, com introdução e reforço de apoios sociais e de programas de recuperação de alunos com dificuldades na aprendizagem.
- Incremento da oferta dos cursos de educação-formação nos 2.º 3.º ciclos do EB.
- Promoção de acções complementares de orientação vocacional dos alunos que concluem este Ciclo do Ensino Básico, visando sensibilizar e orientar para o prosseguimento de estudos secundários.
- Articulação e complementaridade a nível intermunicipal, designadamente em matéria de racionalização da oferta de cursos tecnológicos, artísticos e profissionais.

A expansão da educação e a formação de nível secundário, com diversificação de ofertas formativas são vertentes que permitirão certamente diminuir as actuais taxas de abandono e insucesso e assegurar a generalização deste nível de ensino.

Para o efeito, e conforme previsto nas GOP 2005-2009¹¹ pretende-se:

- “Tornar obrigatória a frequência de ensino e formação profissional para todos os jovens até aos 18 anos”;
- “Duplicar em 2009 a frequência de jovens envolvidos em cursos tecnológicos, artísticos, profissionais e de educação/formação”;
- “Valorizar a identidade do ensino secundário que confere qualificação e certificação própria”.

¹¹ Lei nº 52/2005, de 31 de Agosto, que aprova as Grandes Opções do Plano para 2005-2009

A este nível interessa ter presente os objectivos da Iniciativa *Novas Oportunidades*¹² que prevê “fazer do 12º ano o referencial mínimo de formação para todos os jovens” e “colocar metade dos jovens de ensino secundário em cursos tecnológicos e profissionais.

M3: Ensino Recorrente, educação de adultos e reconhecimento, validação e certificação de competências

Articuladas com as linhas de acção propostas na medida de intervenção anterior devem estar as seguintes linhas de acção relativas à promoção do Ensino Recorrente, da Educação de Adultos e do Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências:

- Desenvolvimento, com os demais municípios do Vale do Minho e em parceria com a DREN, Escolas, Centro de Emprego, Associações Empresariais e Agentes Locais, de uma maior oferta de 2.ª oportunidade levando os jovens até aos 18 anos à frequência de ensino ou formação profissional, com uso das novas tecnologias de informação e de comunicação.
- Dinamização do processo de reconhecimento, validação e de certificação de competências adquiridas, através da criação, em articulação intermunicipal, de um ou dois Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências no Vale do Minho, e de cursos de educação-formação ao nível do ensino secundário.

Conforme previsto nas GOP 2005-2009¹³ pretende-se, para além de assegurar um regime recorrente diversificado, quer com programas diurnos para jovens, quer com programas pós-laborais para estudantes-trabalhadores:

- “criar uma rede de oferta articulada e complementar de formações secundárias vocacionais e profissionais envolvendo as Escolas Secundárias, as Escolas Profissionais e os Centros de Formação”;
- “desenvolver um sistema de orientação profissional ao longo da vida”.

De destacar que nos objectivos da Iniciativa *Novas Oportunidades*¹⁴ se propõe *para Portugal* “qualificar um milhão de activos até 2010” (350 mil através da Educação e Formação de Adultos; 650 mil via reconhecimento, validação e certificação de competências, alargando o referencial de competências-chave ao 12º ano).

¹² Iniciativa conjunta do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social

¹³ Lei nº 52/2005, de 31 de Agosto, que aprova as Grandes Opções do Plano para 2005-2009

¹⁴ Iniciativa conjunta do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social

Conforme previsto nas GOP 2005-2009¹⁵ pretende-se, para além de assegurar um regime recorrente diversificado, quer com programas diurnos para jovens, quer com programas pós-laborais para estudantes-trabalhadores:

- “criar uma rede de oferta articulada e complementar de formações secundárias vocacionais e profissionais envolvendo as Escolas Secundárias, as Escolas Profissionais e os Centros de Formação”;

- “desenvolver um sistema de orientação profissional ao longo da vida”.

De destacar que nos objectivos da Iniciativa *Novas Oportunidades*¹⁶ se propõe *para Portugal* “qualificar um milhão de activos até 2010” (350 mil através da Educação e Formação de Adultos; 650 mil via reconhecimento, validação e certificação de competências, alargando o referencial de competências-chave ao 12º ano).

M4: Modelo de referência de contratualização e racionalização do Planeamento dos Transportes Escolares

Importa assegurar o desenvolvimento, com os demais municípios do Vale do Minho, em parceria com a DGTT, a DREN e as Escolas, de um estudo visando a racionalização dos circuitos de transportes escolares para os diversos níveis de ensino (do pré-escolar ao secundário) e a avaliação da sua viabilidade técnico-económica, em consonância com os desafios e processo de implementação das propostas de reordenamento da rede educativa ao nível municipal e intermunicipal; este estudo deverá ainda sistematizar modelos e termos de referência em matéria de contratualização e gestão de transportes escolares. No caso concreto de Paredes de Coura será necessário ainda assegurar o transporte das crianças para os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, de acordo com as áreas de influência definidas.

¹⁵ Lei nº 52/2005, de 31 de Agosto, que aprova as Grandes Opções do Plano para 2005-2009

¹⁶ Iniciativa conjunta do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social

Mapa Proposta de reordenamento rede escolar

5. Programa de Execução

No sentido de facilitar a calendarização e programação financeira do programa de investimentos da Carta Educativa apresenta-se um orçamento indicativo para a requalificação do Jardim de infância de Lama-Moselos, bem como dos Jardins de Infância de Casco-Rubiães e de Cristelo. Estes dois últimos serão, depois de reabilitados, colocados à disposição do OUSAM, entidade que dispõe de acordo de cooperação com a Segurança Social e parceria com a Câmara Municipal, para a gestão dos Jardins de Infância e dos espaços atribuídos.

A estimativa orçamental do custo da remodelação dos três Jardins de Infância foi efectuada pelos Serviços Técnicos da Câmara Municipal é a que se apresenta de seguida.

Jardim de Infância de Lama – Moselos:

Construção de raiz com três salas de actividades, vestuário, sala polivalente, cozinha, gabinete, arrumos, instalações sanitárias, espaços de circulação e arranjos exteriores.

Construção - área	500 m2	Preço: 600 euros/m2	Total: 300 000 euros
Arranjos exteriores			Total: 50 000 euros
			Total Geral: 350 000 Euros

Jardim de Infância de Casco – Rubiães:

Construção de raiz com três salas de actividades, vestuário, sala polivalente, cozinha, gabinete, arrumos, instalações sanitárias, espaços de circulação e arranjos exteriores.

Construção - área	500 m2	Preço: 600 euros/m2	Total: 300 000 euros
Arranjos exteriores			Total: 50 000 euros
			Total Geral: 350 000 Euros

Jardim de Infância de Cristelo:

Reconstrução e ampliação com duas salas de actividades, vestuário, sala polivalente, cozinha, gabinete, arrumos, instalações sanitárias, espaços de circulação e arranjos exteriores.

Construção - área	400 m2	Preço: 600 euros/m2	Total: 240 000 euros
Arranjos exteriores			Total: 40 000 euros
			Total Geral: 280 000 Euros

O custo do equipamento foi estimado tendo como referencia a consulta a entidades especializadas e informação do Ministério da Educação, actualizada para preços correntes (2006) pela equipa técnica da Carta Educativa, considerando para a tipologia JI os seguintes valores unitários:

Custo Equipamento	Preço Unitário €	Quantidade	Valor
Por Sala de JI	10.500	8	84.000
Por sala polivalente	7.500	3	22.500
Por refeitório e cozinha	11.000	3	33.000
Soma Equipamento			139.500

De acordo com os valores apresentados estima-se assim o custo da requalificação e apetrechamento dos três jardins de Infância (reconstrução e equipamento) em 1.119.500 Euros (a preços correntes).

Este valor, que frise-se foi estimado de forma expedita para poder servir de referência, deverá ser actualizado em função dos projectos a elaborar pela Câmara Municipal em articulação com a DREN, com as valências necessárias (equipamentos de Cozinha / Refeitório, para além de diversas instalações de apoios e espaços de recreio, e todas as comodidades indispensáveis em termos de aquecimento central, espaços de lazer, etc.)

6. Articulação institucional

A implementação desta “Carta Educativa” é indissociável de uma forte articulação e cooperação a nível local, regional e nacional. Ao nível local o desenvolvimento das propostas e própria monitorização da sua implementação deverá ter lugar em sede de Conselho Municipal de Educação.

Os serviços competentes da Câmara Municipal (Obras e Urbanismo, Cultura, Desporto, Educação e Acção Social) em articulação com o Agrupamento Vertical de Escolas Território Educativo de Coura deverão proceder a troca de informações e a concertação de acções na área educativa, devendo tal esforço convergir na própria estruturação e alimentação da base de dados necessária à monitorização das políticas e medidas de intervenção propostas na Carta Educativa, e à melhoria do próprio processo de planeamento de cada novo ano lectivo.

Neste quadro é fundamental, em primeiro lugar um esforço de cooperação entre os diferentes estabelecimentos educativos, públicos e privados, aos diversos níveis do ensino, numa perspectiva alargada, neles se incluindo para além dos actuais Jardins de Infância que irão ser objecto de reestruturação e da EB1/JI da Vila, os próprios agentes de ensino, educadores e professores, associações de pais, a EB2,3/S de Paredes de Coura, enquanto escola-sede, a EPRAMI, o OUSAM e a Santa Casa da Misericórdia.

Em segundo lugar, o desenvolvimento de parcerias com a DREN, Segurança Social, Juntas de Freguesias, Centros Sociais e Paroquiais, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens Agentes desportivos, culturais, ambientais e outros agentes locais no esforço de valorização do sistema educativo e do combate ao abandono e insucesso escolar no quadro de acções a desenvolver no âmbito desta medida.

É fundamental ainda a convergência de vontades e esforço financeiro entre a DREN, o Ministério da Educação, a CCDRN e Autarquia para permitir uma efectiva melhoria das infra-estruturas pré-escolares do concelho, e a racionalização do planeamento dos transportes escolares, tendo presente critérios essencialmente pedagógicos e de socialização, com particular cuidado com as populações que vivem nas zonas rurais mais isoladas.

Esta articulação é essencial para concretizar a aposta na dinamização da oferta de cursos tecnológicos, artísticos e profissionais, assim como de promoção do Ensino Recorrente e da

educação e formação em articulação com os sistemas de orientação e actualização profissional ao longo da vida, em conjugação com o próprio processo de dinamização empresarial. Esta aposta deverá ser objecto de concertação e complementaridade a nível intermunicipal, com envolvimento dos municípios, Escolas, DREN, Centros de Emprego, Instituto Politécnico, Associações Empresariais e Sindicais e outros Agentes Locais e Regionais.

7. Monitorização da Carta Educativa

7.1. Introdução

A Carta Educativa do concelho de Paredes de Coura é um documento estratégico elaborado para um período de duração de dez anos, em que se pretendam que sejam alcançados os objectivos determinados, e que é susceptível de revisão ao fim de cinco anos. Contudo, enquanto instrumento de um processo de planeamento mais vasto, à semelhança do que acontece com o PDM, de que é parte integrante, está sujeita a um aprofundamento sucessivo e a actualização permanente decorrente da sua monitorização.

A monitorização é um procedimento fundamental para permitir acompanhar e controlar o processo de intervenção e identificar possíveis desvios face ao previsto, o que pressupõe a existência de um sistema de informação adequado, e um esforço de organização e apetrechamento em meios técnico e humanos, que é indispensável preparar desde já.

Entre as principais dimensões do sistema de monitorização do projecto da Carta Educativa e que devem constar de uma Base de Dados própria, destacam-se as seguintes:

- Componentes e cronogramas das diferentes fases do projecto e acções;
- Quantificação das metas globais de desempenho do sistema educativo e da rede escolar e sua evolução no tempo;
- Identificação de desvios de trajectórias que, possam comprometer o alcance das metas ou que sugiram a alteração dos objectivos e reformulações do projecto da Carta Educativa.

Esta monitorização deve ter no mínimo uma base anual, que incorpore o próprio processo de planeamento de cada novo ano lectivo.

Esta tarefa de gestão e alimentação de uma Base de Dados deverá estar centralizada em cada município, afectando um técnico da Divisão de Educação a preparar para o efeito, para trabalhar em parceria estrita com o Agrupamento Educativo mas podendo ser apoiado pela Comunidade Intermunicipal, assim como por dados e informação disponibilizados pela DREN e GIASE, e por solicitação periódica de estudos de enquadramento e informação estruturada.

O Conselho Municipal da Educação será a entidade por excelência de acompanhamento do processo e de avaliação periódica dos resultados, que sustentarão o relatório de prestação anual de contas.

O Agrupamento Vertical de Escolas do Território Educativo de Coura tem vindo a fazer um acompanhamento regular do Projecto Educativo aprovado no ano lectivo de 2004/2005, sendo essa experiência e informação de capital importância para o projecto de monitorização da Carta Educativa.

Em anexo ao presente relatório, apresenta-se um quadro-roteiro para monitorização da Carta Educativa, da responsabilidade do GIASE.

Como exemplo de indicadores chave de desempenho ou de progresso, que podem ser fornecidos pela Comunidade Intermunicipal e pelos departamentos do Ministério da Educação (DREN, e GIASE) a título de enquadramento da evolução da situação em cada concelho referem-se os seguintes:

- Taxa de escolarização e de pré-escolarização;
- Número de alunos por escola/jardim-de-infância;
- Número de alunos por ano/ciclo de ensino;
- Taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino;
- População em idade escolar;
- Estado de conservação dos edifícios;
- Taxa de insucesso/desistência.

A presente Carta Educativa, disponibilizou no relatório de diagnóstico e nos relatórios subsequentes, informação relevante em formato digital, que deve ser objecto de actualização anual, Esta actualização informação pode ser obtida directamente nos serviços oficiais (DRE, GIASE) ligados ao sector da Educação, e na Câmara Municipal, assim como na que é decorrente do tratamento periódico de instrumentos de inquérito. Esta pode e deve ser partilhada e validada por ambas as partes, e ser disponibilizada aos técnicos da Divisão de Educação encarregue da monitorização da Carta Educativa, e que abrange essencialmente os dois domínios de análise e dois instrumentos de trabalho que seguidamente se apresentam.

A) Procura da Educação e do Ensino – População Escolar (últimos 5 anos) – evolução da população, por estabelecimento, por freguesia e agrupamento por idade e ano de escolaridade por níveis de ensino (pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, secundário geral, secundário tecnológico, ensino profissional por cursos e ensino recorrente)

B- Recursos Físicos

1. Evolução da População Pré-escolar e escolar e taxas de ocupação nos últimos cinco anos por estabelecimento (JI, 1º Ciclo, 2º Ciclo, 3º Ciclo e Secundário);
2. Rede de Educação Extra-Escolar e Ensino Recorrente (por cursos sócio educativos, de alfabetização e educação de adultos, e respectivo numero de formandos);
3. Rede de Educação Especial – Crianças / alunos (com especificação de tipo de deficiência) e pelos graus de ensino (pré-escolar, EB1, EB2,3/ES)
4. Caracterização das instalações dos Jardins de Infância e estabelecimentos de 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário (por estabelecimento, ano de construção, tipo de construção, salas específicas, instalações gimno-desportivas e espaços de apoio);
5. Idem em termos de custos de construção, manutenção e de equipamento, e correspondentes despesas
5. Segurança existente nos Estabelecimentos de educação e de ensino (sistema de alarme, iluminação interior e exterior, saídas de emergência, plano de evacuação, guarda nocturno, sinalização, tipo de sinalização, passadeiras, e passagens aéreas).

C - Informação SIG

A informação cartográfica é fundamental para a operacionalidade do processo da CE e a sua própria articulação com o PDM e outras figuras de PMOT. No caso vertente trata-se de informação cartográfica digital de base do concelho (em formato.shp) com a seguinte informação vectorial: arruamentos, edifícios, rede viária primária, e secundária, linhas de água, altimetria, etc. (escalas 1/10 000 ou 1/25 000). De entre os exemplos de representação e ferramentas úteis construídas ou utilizadas e que estão à disposição da Câmara Municipal e da Comunidade Intermunicipal referem-se:

- a *BGRI 2001* (base geográfica de referência do censo de 2001, do INE),;
- a localização dos edifícios e/ equipamentos da rede educativa e tipologia (público e privado com geo-referenciação à escala 1/25 000);
- a localização de outros equipamentos colectivos complementares e suas tipologias;
- a rede de transportes públicos e transportes escolares (com cartografia dos percursos e paragens, etc. 1/25 000);
- a situação e propostas do PDM (em vigor e em revisão) da rede escolar, hierarquização dos aglomerados, dotação funcional dos equipamentos;

- acessibilidades e transportes, dinâmicas e estratégias de desenvolvimento e ordenamento.

D- Modelo nº 400 – ME – GIASSE – Um Instrumento a partilhar?

Este modelo assim como outros utilizados anualmente pelos serviços do Ministério no âmbito da sua actividade de planeamento e produção de estatísticas constitui instrumento não só útil para o apoio à elaboração da CE como para a sua monitorização

O Inquérito Preliminar Anual - População Escolar e Recursos – possui para cada estabelecimento e agrupamento informação quanto a diferentes níveis e cursos ministrados e frequência - nº de alunos e nº de turmas (pré-escolar, básico e secundário, ensino regular e ensino recorrente, 10º profissionalizante, Ensino Artístico Especializado, CET, Currículos alternativos no 3º Ciclo do EB).

Disponibiliza ainda informação por Pessoal Docente em exercício (por nível de ensino com e sem funções lectivas) e por Pessoal Não Docente (Nº de pessoal por função -de apoio sócio-educativo (pedagógico, saúde e Serviços Sociais); de gestão e administração e de Manutenção e Serviços).

Finalmente dispõe de informação quanto a Recursos Físicos / Tecnológicos, designadamente nº de salas (salas de aula, salas específicas, laboratórios de informática) e equipamentos (centros de recursos e nº de computadores por função -com e sem ligação à Internet).

Os serviços do Ministério da Educação, nomeadamente a DREN, o Agrupamento Educativo e a Câmaras Municipais, poderão intercambiar ainda informação útil e actualizada e experiências quanto a custos de instalações, de sistemas, equipamentos e material pedagógico, transporte escolar, metodologias de monitorização etc.

7.2 Aspectos metodológicos que podem facilitar todo o processo de recolha/obtenção de informação.

A preparação de instrumentos de recolha é um elemento essencial na programação do trabalhos, e deverão ser seleccionados os instrumentos adequados tendo em atenção as carências de informação e a identificação das questões-chave. Nesta perspectiva poderão ser utilizados os seguintes três instrumentos:

- Entrevistas, através de guiões previamente preparados em que a componente qualitativa possa alimentar a reflexão em tornos das várias dimensões em análise;

-Fichas de Sistematização Físicas de Estabelecimentos Escolares, para poderem funcionar como “fotografia” e suporte da situação dos estabelecimentos, devendo ser actualizáveis;

- Questionários com dimensão quantitativa e qualitativa suficientes para serem aplicados de forma representativa aos diferentes níveis de ensino e tipos de estabelecimentos (público e privado).

A Ficha de Sistematização física de estabelecimentos escolares inserida numa pequena base de dados, tem inerente um conjunto de funcionalidades que enquanto ferramenta operacional de gestão deverá permitir no decurso da monitorização anual da carta educativa e na gestão corrente permitir, nomeadamente:

- Facilidade na consulta de dados (estabelecimento por concelho, freguesia, ano lectivo, grau de ensino, visualização de mapas com localização)
- Registo de parâmetros específicos do estabelecimento (contactos, horários, distâncias, taxas de aproveitamento etc.);
- Registo de dados do ano lectivo em curso e dos de anos anteriores,
- Actualização de dados (ensinos ministrados; instalações, segurança envolvente; acessibilidades e síntese e avaliação)

Finalmente e numa lógica de articulação transversal ao nível de cada Câmara Municipal, fará sentido esta assegurar a colaboração dos diferentes departamentos e serviços interligados aos da educação, com vista à responsabilização dos recursos internos para responder às necessidades de informação da monitorização carta educativa quando a fonte é a Autarquia (ex. acção escolar, transportes escolares, Rede Social, Plano Director Municipal).

CARTA EDUCATIVA DE PAREDES DE COURA

PROPOSTAS DE REORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR – ACTUALIZAÇÃO

ANEXOS

- 1. Alterações verificadas nos diferentes níveis de Ensino (posteriores a 2000)**
- 2. Glossário de termos e conceitos e legislação relevante**

ANEXO 1 - Alterações verificadas nos diferentes níveis de Ensino (posteriores a 2000)¹⁷

Educação Pré-Escolar

“Uma das opções do Governo para a educação pré-escolar define como objectivo para este nível educativo alargar progressivamente a todas as crianças em idade adequada a educação pré-escolar. Dado não se ter verificado qualquer alteração para este nível educativo que configure uma actualização de critérios, a definição e caracterização dos espaços necessários ao desenvolvimento das actividades da educação pré-escolar devem obedecer aos princípios estabelecidos pelo despacho Conjunto n.º 268/1997 de 25 de Agosto, dos Ministérios da Educação e do Emprego e Segurança Social.

No sentido de proporcionar às crianças uma oferta de actividades de animação e apoiar as famílias, o Despacho nº 16795/05 de 3 de Agosto, determina sem prejuízo da normal duração semanal que os estabelecimentos de educação pré-escolar se mantenham obrigatoriamente abertos pelo menos até às 17 horas e 30 minutos e no mínimo oito horas diárias.

Ensino Básico

Consolidar a universalidade do ensino básico de nove anos é uma opção estratégica da legislatura que se inscreve nos princípios contidos na LBSE que define o Ensino Básico como universal, obrigatório e gratuito.

Em termos organizativos não foram publicados normativos que impliquem o reequacionamento dos critérios de ordenamento da rede escolar. Considera-se no entanto ser de salientar que, na sequência do Decreto-Lei nº 115-A/98 de 4 de Maio, que define o regime de autonomia administração e gestão dos estabelecimentos de educação do ensino básico e secundário, foi publicado o Decreto Regulamentar nº 12/2000, de 29 de Agosto,

¹⁷ Ver GIASE (actualização Janeiro 2006) – “Planeamento da Rede Educativa, princípios orientadores”, pp. 6-7.

que fixa os requisitos necessários à constituição e à instalação dos agrupamentos de escolas de estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do ensino básico, bem como os procedimentos relativos à sua criação e funcionamento.

Tal como já foi referido para a educação pré-escolar o citado Despacho nº 16795/05 de 3 de Agosto, aplica-se de igual modo aos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico que sem prejuízo da normal duração semanal e diária das actividades curriculares do ensino manter-se-ão obrigatoriamente abertos pelo menos até às 17 horas e 30 minutos e no mínimo oito horas diárias.

Reforçando o disposto no Despacho acima referido, a concepção e desenvolvimento da rede de escolas do 1º ciclo do ensino básico deve garantir o princípio da escola a **tempo inteiro**, procurando assegurar a permanência dos alunos durante todo o dia.

Nessas condições, as escolas **não** devem permanecer em regime de desdobramento de horário, procurando reunir as condições necessárias para que os alunos possam usufruir de refeições (quer seja com condições de confecção própria, quer por fornecimento externo quer ainda, pela eventual deslocação dos alunos a refeitório de escola próxima quando tal proximidade permita a deslocação em tempo útil e em segurança).

Um dos problemas que ainda subsiste, actualmente, é o elevado número de escolas do 1º ciclo do ensino básico de pequena dimensão, situadas em zonas desvitalizadas e em situação de isolamento, representando um sério constrangimento à implementação das medidas propostas na LBSE.

Para colmatar este constrangimento, as escolas devem ser dimensionadas tendo em conta uma racional e adequada utilização dos recursos humanos e materiais e dos espaços físicos, não sendo aceitável a persistência de escolas isoladas e com número reduzido de alunos.

Nesta perspectiva, devem ser privilegiados equipamentos de maior dimensão, que incluam a educação pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico, ou, quando se justifique, escolas básicas integradas (com ou sem jardim de infância) e que possuam condições físicas indispensáveis ao cumprimento dos actuais objectivos curriculares e ao desenvolvimento educativo e social das crianças de forma qualificada e qualificante.”

Anexo 2 - Glossário de termos e conceitos e legislação relevante

Glossário de termos e conceitos (GIASE)

Agrupamento de disciplinas

Conjunto de disciplinas dos cursos do ensino secundário organizados segundo uma dominante do conhecimento científico, em quatro agrupamentos: Científico-natural; Artes; Económico-social; Humanidades.

Agrupamento de escolas

Unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por estabelecimentos de ensino que ministram um ou mais níveis e ciclos de ensino, incluindo a educação pré-escolar, a partir de um projecto pedagógico comum. Tem como objectivos favorecer um percurso escolar sequencial e articulado, superar situações de isolamento dos estabelecimentos, prevenir o abandono escolar e a exclusão social, reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos e o aproveitamento racional dos recursos, garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão e valorizar e enquadrar experiências em curso. O agrupamento de escolas tem vindo a ser implementado gradualmente desde o ano lectivo de 1998-1999, no âmbito do RAAG (Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos de Ensino). Pode ser horizontal (constituído por estabelecimentos do mesmo ciclo ou nível) ou vertical (constituído por estabelecimentos de ciclos ou níveis sequenciais) sendo, de um modo geral, organizado a nível de concelho, após obtenção de autorização da respectiva autoridade local. Outros requisitos para a sua constituição são a compatibilidade de princípios orientadores, a disponibilização de fundos e o cumprimento de parâmetros de ordem técnica. Têm vindo a ser assinados contratos de autonomia pelas escolas e autoridades locais de educação, os quais estabelecem direitos e deveres das entidades envolvidas, nomeadamente a nível financeiro. Independentemente do facto de pertencerem a um dado agrupamento, as escolas mantêm a sua identidade, embora seja atribuído um nome ao agrupamento de escolas: ou o nome da escola que providencia o suporte logístico (escola-sede) ou qualquer outro nome.

Área de formação

Agrupamento de especialidades afins que tem por objectivo a organização dos cursos profissionais do ensino secundário.

COMENIUS

Acção do Programa Socrates que tem como objectivos a promoção da qualidade da educação e o reforço da sua dimensão europeia ao longo do percurso educativo, desde a educação pré-escolar até ao final do ensino secundário, mais especificamente através da cooperação transnacional entre escolas, da oferta de uma formação profissional de qualidade aos agentes educativos, da importância da aprendizagem de línguas e da sensibilização para a realidade intercultural europeia. Subdivide-se em três partes, que se interligam: Comenius 1 – Parcerias de Escolas; Comenius 2 – Formação dos Agentes Educativos; Comenius 3 – Redes. Encontra-se actualmente na sua segunda fase (2000-2006), para a qual se definiram como prioridades a aprendizagem das línguas e a criação de redes temáticas (Cidadania, Ambiente, etc.), além de outras alterações em relação à primeira fase (1995-1999). Esta acção deve o seu nome a Jan Amos Komenský (1592-1670), conhecido pela forma latinizada Johann Amos Comenius, teólogo, filósofo e pedagogo, natural da Morávia (Leste da actual República Checa), considerado o pai da educação moderna.

Componente de formação

Conjunto de disciplinas do ensino secundário, diversificado para os diferentes tipos de cursos e para os diferentes agrupamentos de alguns desses cursos, de frequência obrigatória ou de livre escolha dos alunos.

Componente de formação científica

Componente de formação nos cursos das Escolas Profissionais constituída pelas disciplinas ou ciências básicas que fundamentam as respectivas tecnologias e são comuns a várias actividades profissionais.

Componente de formação específica

Conjunto obrigatório de duas ou três disciplinas, diversificado para os diferentes agrupamentos, com carga horária global constante ao longo dos três anos, constituindo um núcleo de formação comum aos cursos de carácter geral e aos cursos secundários tecnológicos do mesmo agrupamento ou área de estudos, garantindo a permeabilidade entre os dois tipos de cursos e o prosseguimento de estudos universitários aos alunos dos Cursos Tecnológicos.

Componente de formação geral

Componente de frequência obrigatória, comum aos diferentes agrupamentos dos cursos gerais do ensino secundário e dos cursos tecnológicos do ensino secundário. É constituída pelas seguintes

disciplinas: Português, Introdução à Filosofia, Língua Estrangeira, Educação Física. As disciplinas de Desenvolvimento Pessoal e Social ou Educação Moral e Religiosa (católica ou de outras confissões) são de frequência facultativa.

Componente de formação sociocultural

Componente curricular dos cursos das Escolas Profissionais constituída pelas competências, atitudes e conhecimentos gerais e comuns relativos ao exercício de todas as actividades e ao desempenho de diversos papéis sociais nos vários contextos de vida, nomeadamente o do trabalho. Visa a integração da formação no processo de desenvolvimento pessoal, profissional e social dos indivíduos e sua inserção no mundo do trabalho.

Componente de formação técnica

Conjunto de disciplinas do ensino secundário escolhidas de acordo com a oferta da escola e os interesses do aluno, que permite a experiência em novas áreas e expressões (em oficinas, laboratórios, ateliês), sendo a sua carga horária maior nos cursos tecnológicos do que nos cursos de carácter geral. Pode apresentar uma vertente tecnológica ou artística.

Componente de formação técnica/tecnológica/prática /artística

Conjunto de disciplinas dos cursos das Escolas Profissionais, visando a aquisição de conhecimentos técnicos/tecnológicos, que permite o desenvolvimento e a aplicação de destrezas que integrarão o exercício profissional.

Curso científico-humanístico

Curso com a duração de três anos lectivos - 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade - existente em todas as escolas com ensino secundário, que tem como objectivo a preparação dos alunos para a continuação de estudos no ensino superior. Confere um diploma de estudos secundários. Existem cinco cursos científico-humanísticos: Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Ciências Sociais e Humanas, Línguas e Literaturas e Artes Visuais. Corresponde ao anteriormente denominado curso geral.

Curso geral

Curso com a duração de três anos lectivos - 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade, existente em escolas com ensino secundário, que se organiza em agrupamentos de disciplinas, correspondentes às grandes áreas do conhecimento, com as seguintes dominantes: Científica e Natural, Artes, Económica e Social e Humanidades. Tem como objectivo a preparação para a continuação de estudos no ensino superior. Confere um diploma de estudos secundários.

Curso geral científico-natural

Curso com a duração de três anos lectivos - 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade, existente em escolas com ensino secundário, cujo plano curricular inclui o agrupamento de disciplinas com dominante científico-natural (agrupamento 1), tendo como objectivo a preparação para a continuação de estudos no ensino superior nesta área do conhecimento.

Curso geral de Artes

Curso com a duração de três anos lectivos - 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade - existente em escolas de ensino secundário, cujo plano curricular inclui o agrupamento de disciplinas com dominante Artes (agrupamento 2) tendo como objectivo a preparação para a continuação de estudos no ensino superior nesta área do conhecimento.

Curso geral de Humanidades

Curso com a duração de três anos lectivos - 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade - existente em escolas com ensino secundário, cujo plano curricular inclui o agrupamento de disciplinas com dominante Humanidades (agrupamento 4) tendo como objectivo a preparação para a continuação de estudos no ensino superior nesta área do conhecimento.

Curso geral Económico-social

Curso com a duração de três anos lectivos - 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade - existente em escolas com ensino secundário, cujo plano curricular inclui o agrupamento de disciplinas com dominante Económico-social (agrupamento 3) tendo como objectivo a preparação para a continuação de estudos no ensino superior nesta área do conhecimento.

Curso profissional do ensino secundário

Curso ministrado em Escolas Profissionais, com a duração de três anos lectivos, após o 9.º ano de escolaridade, que confere, no final da formação, um diploma de qualificação profissional de nível 3 e também um certificado de equivalência ao 12.º ano de escolaridade.

Curso secundário do ensino artístico especializado

Proporciona uma formação especializada, dirigida a indivíduos que revelem potencialidades para ingresso e progressão numa via de estudos artísticos. Após a conclusão do curso os alunos podem optar pelo ingresso no mercado de trabalho ou pelo prosseguimento de estudos no ensino superior. Tem a duração de 3 anos lectivos, correspondentes ao 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade e desenvolvem-se nas seguintes áreas: Artes Visuais, Dança e Música.

Curso tecnológico do ensino secundário

Curso do ensino secundário com a duração de três anos lectivos - 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade - que se destina aos jovens que desejam ingressar no mundo do trabalho após o 12.º ano de escolaridade tendo, no entanto, a possibilidade de ingresso no ensino superior. Organiza-se

em agrupamentos de disciplinas com dominante: Científica e Natural, Artes, Económica e Social, Humanidades. Compreende a possibilidade de desenvolvimento de seminários ou de estágios. Confere um diploma de qualificação profissional de nível 3 e um diploma de estudos secundários.

Cursos de educação e formação

Percursos de educação e formação profissionalmente qualificantes existentes nos estabelecimentos de ensino tutelados pelo Ministério da Educação e em centros de formação profissional e outras entidades acreditadas tutelados pelo Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho. Destinam-se a jovens em idade de frequência do nível secundário de educação, que pretendam, no imediato, concretizar um projecto profissional, sem prejuízo do prosseguimento de estudos. São criados e realizados de acordo com orientações aprovadas por despacho conjunto dos Ministros da Educação e das Actividades Económicas e do Trabalho. Conferem certificação escolar equivalente aos 6.º, 9.º ou 12.º anos de escolaridade e certificação profissional de nível 1, 2 ou 3, de acordo com os diferentes tipos de percurso.

Cursos de especialização tecnológica

Formações pós-secundárias não superiores, com a duração de 1200 a 1880 horas, ministradas em escolas profissionais, escolas com ensino secundário, escolas tecnológicas, centros de formação profissional tutelados pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e em estabelecimentos de ensino superior. Desenvolvem-se na mesma área, ou em área de formação afim àquela em que o candidato obteve qualificação profissional de nível 3. Destinam-se a indivíduos que concluíram o ensino secundário ou formação profissional equivalente e que possuam uma qualificação profissional de nível 3, ou que tenham em atraso até duas disciplinas, desde que estas não integrem conteúdos considerados de precedência de qualquer disciplina curricular do curso a que se candidatam. Visam aprofundar o nível de conhecimentos científicos e tecnológicos no domínio da formação de base e desenvolver competências pessoais e profissionais adequadas ao exercício profissional qualificado. Contemplam a possibilidade de prosseguimento formal de estudos. Conferem um diploma de especialização tecnológica e qualificação profissional de nível 4.

Direcção Regional de Educação

Serviço regional do Ministério da Educação, dotado de autonomia administrativa que, a nível regional, assegura a orientação, coordenação e apoio aos estabelecimentos de educação e ensino não superior.

Dominante

Maior incidência em determinadas disciplinas, segundo as quatro áreas de estudos do ensino secundário, tanto nos Cursos de Carácter Geral, como nos Cursos Tecnológicos. Dominantes: Científica e Natural, Artes, Económica e Social, Humanidades.

Ensino básico mediatizado

Modalidade alternativa de educação escolar ao nível do 2.º ciclo do ensino básico, ministrado através de vídeo (com professores presenciais e apoio de manuais e livros especialmente elaborados para o efeito) em postos de recepção situados em zonas de insuficiente cobertura pelo ensino básico directo e/ou de difícil acessibilidade geográfica.

Ensino recorrente

Modalidade de ensino a que têm acesso todos os indivíduos que ultrapassaram a idade normal de frequência do Ensino Básico e do Ensino Secundário, respectivamente 15 e 18 anos, sem terem tido oportunidade de se enquadrarem no sistema de ensino regular ou sem terem obtido qualquer certificação, por insucesso ou abandono precoce do ensino regular.

Ensino regular

Conjunto de actividades de ensino ministradas no âmbito da estrutura educativa estabelecida pela Lei de Bases do Sistema Educativo e que se destinam à maioria dos alunos que frequentam o sistema de ensino dentro dos limites etários previstos na Lei: até aos 14 anos para a escolaridade obrigatória e até aos 17 para o ensino secundário.

Ensino secundário

Nível de ensino que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação adquirida nesse nível de ensino, preparando o aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos - Cursos de Carácter Geral, e cursos predominantemente orientados para a vida activa - Cursos Tecnológicos. Ambos os tipos de cursos têm a duração de três anos, correspondentes ao 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade. Este nível de ensino contempla ainda o Ensino Artístico Especializado e o Ensino Profissional.

Estágio

Período de formação prática dos cursos profissionais, o qual deve traduzir um projecto individualizado que permita estimular atitudes de autonomia, iniciativa, trabalho em equipa e permeabilidade à inovação científica e tecnológica. Contempla o exercício de actividades em contexto real com principal incidência nas funções-chave da profissão.

Formação em contexto de trabalho

Tipo de formação obrigatória nos cursos profissionais, a qual se baseia na realização de um estágio e na concretização de uma prova de aptidão profissional.

GRUNDTVIG

Ação do Programa Socrates que tem como objectivo promover a oferta de educação de adultos

através da cooperação europeia. Com esta finalidade, apoia quatro tipos de actividades: 1. Projectos de cooperação transnacionais; 2. Parcerias de aprendizagem; 3. Mobilidade para formação de pessoal docente; 4. Redes. Esta acção deve o seu nome a Nicolaj Frederik Severin Grundtvig (1783-1872), clérigo, escritor, filósofo e historiador dinamarquês, natural de Zealand, considerado o pai ideológico da alfabetização e educação de adultos.

INTERREG

Interregional Cooperation (EN); La coopération interrégionale (FR); Cooperação Inter-regional (PT). Programa de iniciativa comunitária. Actualmente denomina-se INTERREG III (2002-2006). Visa, como os anteriores INTERREG I (1990-1993) e INTERREG II (1994-1999), o desenvolvimento da cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional, incentivando a união de regiões e cidades cujos problemas são semelhantes, exigindo soluções comuns. Os fundos provêm do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional).

Necessidades educativas especiais

Os alunos com necessidades educativas especiais apresentam, com carácter mais ou menos prolongado, limitações em um ou em vários dos seguintes domínios - visão, audição, motor, cognitivo, fala, linguagem/comunicação, emocional ou de saúde física, necessitando, portanto, de uma resposta educativa adequada.

SOCRATES

Programa de acção para a execução de uma política em matéria de educação, da responsabilidade global da Comissão Europeia, aberto à participação dos 25 Estados-membros da União Europeia, dos três países da Associação Europeia de Comércio Livre que participam no Espaço Económico Europeu – Islândia, Liechtenstein e Noruega, e dos países candidatos à adesão – Bulgária e Roménia, bem como da Turquia. É gerido por um comité (Comité SOCRATES) constituído por representantes dos Estados-membros e executado em grande parte por Agências Nacionais, sediadas em cada país. Encontra-se actualmente na Fase II (2000-2006), criada com base na experiência da primeira fase (1995-1999) e nos objectivos definidos pela Comissão Europeia na sua Comunicação “Por uma Europa do Conhecimento”. Incide na promoção da aprendizagem ao longo da vida e no desenvolvimento de uma Europa do conhecimento. É executado através de dois tipos de acções, três específicas e cinco transversais: as acções 1 a 3 visam as três etapas fundamentais da educação ao longo da vida (escola, universidade, outros percursos): 1. Comenius – ensino escolar; 2. Erasmus – ensino superior; 3. Grundtvig – educação de adultos e outros percursos educativos. As acções 4 a 8 são respeitantes a medidas transversais em diversos domínios: 4. Língua – ensino e aprendizagem das línguas; 5. Minerva - educação aberta e a distância, tecnologias da informação e da comunicação no domínio da educação; 6. Observação e inovação de políticas e sistemas educativos; 7. Acções conjuntas – com programas e acções comunitárias conexos, visando o aumento de sinergias das políticas de educação com as de formação profissional (Programa

Leonardo da Vinci) e as de juventude (Programa Juventude); 8. Medidas de acompanhamento – promoção da cooperação, da implementação dos projectos e da difusão dos resultados e melhoria da sinergia entre as diferentes acções do Programa. Este programa deve o seu nome a Sócrates (469-399 a.C.), filósofo grego, natural de Atenas, considerado como pai da filosofia ocidental, fundador da filosofia moral, defensor da liberdade de julgamento e da reflexão pessoal.

Taxa de transição - 10.º ano

Proporção de alunos que, estando matriculados no 10.º ano de escolaridade, obtiveram aprovação, ficando aptos a poderem matricular-se no 11.º ano de escolaridade no ano lectivo seguinte, de acordo com as condições estipuladas no regime de avaliação do Ensino Secundário.

Taxa de transição - 11.º ano

Proporção de alunos que, estando matriculados no 11.º ano de escolaridade, obtiveram aprovação, ficando aptos a poderem matricular-se no 12.º ano de escolaridade no ano lectivo seguinte, de acordo com as condições estipuladas no regime de avaliação do Ensino Secundário.

Taxa de conclusão - 12.º ano

Proporção de alunos que, estando matriculados no 12.º ano de escolaridade, obtiveram aprovação em todas as disciplinas do seu plano de estudos, de acordo com as condições estipuladas no regime de avaliação do Ensino Secundário.

Taxa de conclusão - cursos profissionais (nível 3)

Proporção de alunos que, estando matriculados no 3.º ano dos cursos profissionais (nível 3), obtiveram aprovação em todas as disciplinas do seu plano de estudos, de acordo com as condições estipuladas no respectivo regime avaliativo.

Território Educativo (TE)

Um espaço geográfico em que seja assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento vertical e horizontal integrado (Manual (2000b), p.17; (cfr. *agrupamento de escolas*).

URBAN

Urban Environment (EN); L'environnement urbain (FR) ; Ambiente Urbano (PT) Programa de iniciativa comunitária. Actualmente denomina-se URBAN II (2000-2006). Visa, como o anterior URBAN I (1994-1999) a cooperação na área do desenvolvimento urbano: regeneração económica e social das zonas urbanas desfavorecidas. Os fundos provêm do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e do FSE (Fundo Social Europeu).

Legislação relevante (até 2000)

DL nº 299/84, de 5 de Setembro – transportes escolares (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro)

Lei nº 46/86, de 14 de Outubro (alterada pela Lei nº 115/97, de 19 de Setembro e Lei nº 49/2005, de 30 Agosto) – Lei de Bases do Sistema Educativo)

DL nº 108/88, de 31 de Março – regulamenta o ensino particular e cooperativo, integrando-o na Rede Escolar para efeitos do ordenamento desta

Lei nº 5/97, de 10 de Fevereiro – Lei Quadro da Educação Pré-Escolar

Decreto-Lei nº 147/97, de 11 de Junho, Regime jurídico da rede nacional de educação pré-escolar

Decreto-Lei nº 115/98, de 4 de Maio (alterado pela Lei nº 24/99, de 22 de Abril)– regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário

Despacho Normativo nº 27/97, de 2 de Junho – participação das escolas no reordenamento da rede educativa

Decreto Regulamentar nº 12/2000, de 29 de Agosto – Constituição dos Agrupamentos de Escolas do Ensino Básico

Lei nº 159/99, de 14 de Setembro – quadro de transferência das atribuições e competências das autarquias locais atribuindo-lhes responsabilidades no domínio da construção e manutenção de estabelecimentos de educação e ensino

Legislação relevante (posterior a 2000)

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro (alterado pela Lei nº 41/2003)

Consagra os princípios fundamentais dos Conselhos Municipais de Educação e da Carta Educativa.

Despacho Normativo n.º 24/2000, de 11 de Maio

Define os princípios orientadores para a organização do ano escolar que serão complementados, anualmente, pela definição ministerial das datas indicativas para o desenvolvimento do calendário escolar.

Despacho n.º 354/2001, de 17 de Abril

Aprova os regulamentos que definem o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito do eixo prioritário n.º 3, destinados a infraestruturas da educação pré-escolar, dos ensinos básicos e secundário e para a consolidação da rede de escolas profissionais e para o ensino

particular e cooperativo constituindo os anexos I e II que fazem parte integrante deste despacho.

Despacho n.º 919/2001, de 2 de Maio

Incentiva as escolas a realizar trabalhos individuais ou colectivos visando a valorização estética dos espaços educativos através e assegura o apoio financeiro aos melhores projectos apresentados, atribuindo anualmente uma verba para a sua concretização.

Despacho Conjunto n.º 984/2001, de 29 de Outubro

Aprova o regulamento que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da medida n.º 5, acção n.º 5.1, Formação contínua e especializada nos ensinos básico e secundário, da Intervenção Operacional da Educação (PRODEP III).

Despacho n.º 7827/2002, de 16 de Abril

A fim de promover o equilíbrio dos horários dos docentes, determina que o estipulado no despacho 13781/2001, publicado no Diário da República de 3 de Julho de 2001 (que define a organização da componente lectiva semanal dos docentes dos 2º e 3º ciclos do ensino básico), aplica-se ao ensino secundário sempre que a carga horária dos alunos esteja organizada em blocos de noventa minutos.

Despacho Normativo n.º 36/2002, de 4 de Junho

Altera o Despacho Normativo nº 24/2000, de 11 de Maio, e fixa as regras relativas à organização do ano escolar nos estabelecimentos de educação e ensino não superior.

Lei n.º 30/2002, de 20 de Dezembro

Aprova o estatuto do aluno do ensino não superior.

Portaria n.º 202/2003, de 3 de Março

Fixa as dotações dos quadros de zona pedagógica, atribuindo o número de lugares a cada um deles.

Despacho n.º 13224/2003, de 7 de Julho

Define as medidas de acção social escolar a aplicar aos alunos dos ensinos básico e secundário, nomeadamente nas modalidades de auxílios económicos, empréstimos de manuais escolares, apoio alimentar e alojamento. Procede à actualização do valor das participações devidas e das capitações correspondentes. Este diploma institui a figura do empréstimo de longa duração de manuais escolares.

Despacho Conjunto n.º 820/2003, de 26 de Agosto

Aprova o regulamento que define o regime de acesso a uma linha de financiamento dirigida à informação e orientação dos jovens que frequentam o sistema de educação,

preferencialmente dos alunos dos 9º ao 11º anos, visando o apoio nas suas opções de percurso escolar e vocacional.

Decreto-Lei nº 74/2004, de 26 de Março - princípios orientadores da organização e da gestão do currículo e avaliação das aprendizagens no ensino secundário.

Portaria n.º 550-A/2004, de 21 de Maio

Aprova o regime de organização, funcionamento e avaliação dos cursos tecnológicos de nível secundário de educação.

Portaria n.º 550-B/2004, de 21 de Maio

Aprova o regime de organização, funcionamento e avaliação dos cursos artísticos especializados de nível secundário de educação no domínio das artes e dos audiovisuais.

Portaria n.º 550-C/2004, de 21 de Maio

Aprova o regime de criação, organização e gestão de currículo, bem como a avaliação e certificação das aprendizagens dos cursos profissionais de nível secundário.

Portaria n.º 550-D/2004, de 21 de Maio

Aprova o regime de organização, funcionamento e avaliação dos cursos científico-humanísticos de nível secundário de educação.

Portaria n.º 550-E/2004, de 21 de Maio

Aprova o regime de organização administrativa e pedagógica e de avaliação aplicável aos cursos científico-humanísticos, aos cursos tecnológicos e aos cursos artísticos especializados de ensino recorrente de nível secundário.

Despacho n.º 12809/2004, de 30 de Junho

Define o calendário escolar para o ano lectivo de 2004/2005. Estabelece também critérios para as matrículas e transferências no ensino secundário.

Portaria n.º 1038/2004, de 13 de Agosto

Altera a Portaria n.º 389/2002, de 18 de Abril, que regulamenta os termos em que é aplicado em Portugal o regime de concessão de ajudas para o fornecimento de leite e produtos lácteos aos alunos dos estabelecimentos de ensino no continente e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Despacho n.º 24287/2004, de 24 de Novembro

Aprova o regulamento do concurso de valorização estética das escolas 2004-2006.

Decreto-Lei n.º 241/2004, de 30 de Dezembro

Estabelece regras transitórias de recrutamento e contratação de assistentes de acção educativa e de auxiliares de acção educativa das autarquias locais.

Despacho n.º 6649/2005, de 31 de Março

Fixa a equiparação das habilitações adquiridas no passado às habilitações actuais.

Despacho n.º 10856/2005, de 13 de Maio

Procede a alguns reajustamentos ao quadro regulamentar relativo aos apoios educativos.

Despacho n.º 16350/2005, de 27 de Julho

Determina o calendário escolar para o ano lectivo de 2005/2006.

Despacho n.º 16795/05, de 31 de Agosto - Define normas a observar no período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino público onde funciona a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico

Despacho n.º 17387/2005, de 12 de Agosto

Estabelece regras e princípios orientadores a observar, em cada ano lectivo, na organização do horário semanal do pessoal docente em exercício de funções nos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Define ainda orientações para a organização e programação das actividades educativas que proporcionem aos alunos do ensino básico o aproveitamento pleno dos tempos decorrentes de ausência imprevista do respectivo docente.

Despacho n.º 18797/2005 de 30 de Agosto

Regula as condições de aplicação das medidas de acção social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação, nas modalidades de apoio alimentar, alojamento e auxílios económicos, destinados aos alunos dos ensinos básico e secundário que frequentam escolas públicas e particulares ou cooperativas em regime de contrato de associação.

Despacho n.º 22251/2005 de 25 de outubro

Aprova o programa de generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico e o regulamento que define o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo ME

Portaria n.º 1147/2005, de 8 de Novembro

Adopta a terminologia linguística para os ensinos básico e secundário a partir do ano lectivo de 2005/2006.

Portaria n.º 1310/2005, de 21 de Dezembro

Aprova o regulamento de conservação arquivística dos estabelecimentos de ensino básico e secundário.

Despacho Normativo n.º 1/06, de 6 de Janeiro

Aprova a constituição de turmas com percursos escolares alternativos, no âmbito do ensino básico. Aprova o respectivo regulamento publicado em anexo e dele fazendo parte integrante.

Lei nº 13/2006, de 17 de Abril

Regime jurídico do transporte colectivo de crianças e jovens até aos 16 anos, de e para os estabelecimentos de educação e ensino, creches, jardins-de-infância e outras instalações e espaços

Siglas

EB1	Escola Básica do 1.º Ciclo
EB1/JI	Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim-de-Infância
EBI	Escola Básica Integrada
EBI/JI	Escola Básica Integrada com Jardim-de-Infância
EE	Educação Especial
EEE	Escola de Educação Especial
EFA	Educação e Formação de Adultos
ES	Escola Secundária
ES c/ 3.º ciclo EB	Escola Secundária com 3.º ciclo do Ensino Básico
ESA	Escola Secundária Artística
EP	Escola Profissional
CERCI	Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas
CET	Curso de Especialização Tecnológica
CEF	Curso de Educação e Formação
CRVCC	Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
OTL	Ocupação de Tempos Livres
CEFANESPO	Centro de Formação da ANESPO
COJ	Centro de Ocupação Juvenil
PAPE	Programa de Apoio a Projectos Educativos
PAPSE	Projecto de Apoio Pedagógico e Socioeducativo
PCEI	Projecto Comunitário "Escola Inclusiva"
PECA	Projecto Educativo dos Currículos Alternativos
PEE	Projecto Educativo da Escola
PEETI	Plano Nacional de Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil
PEI	Plano Educativo Individual
PETI	Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil
PIEF	Programa Integrado de Educação e Formação
POV	Projecto de Orientação Vocacional
PPES/PES	Programa de Promoção e Educação para a Saúde
RBE	Rede de Bibliotecas Escolares
RVCC	Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SASE	Serviço de Acção Social Escolar
SATA	Serviço de Atendimento aos Alunos
SPO	Serviço de Psicologia e Orientação
TEIP	Território Educativo de Intervenção Prioritária
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UEAM	Unidade de Ensino e Apoio a Alunos com Multideficiência
UIE	Unidade de Intervenção Especial
UNIVA	Unidade de Inserção na Vida Activa

Elementos de Referência a utilizar na definição de um Roteiro para a Monitorização da Carta Educativa

Actividades Prévias	Elaboração do plano de actividades e faseamento do projecto; Escolha dos técnicos e dos meios a envolver; Definição de metodologias de recolha e tratamento da informação; (...)		
	DIMENSÕES		
COMPONENTES	Recolha, tratamento e disponibilização da informação	Transformação da informação em instrumentos de acção	Avaliação de resultados
Actividades	Criação de uma BD com Informação entendida relevante; Quantificação das metas (globais e seu escalonamento no tempo); Identificação de indicadores-chave de progresso; (...)	Identificação das acções/mecanismos por objectivo, escalonadas no tempo; Definição das medidas a adoptar e impactos (globais e para cada momento) esperados respectivos; Desencadeamento de acções/mecanismos de correcção, quando e se necessários; Eventual reformulação de objectivos, perante desvios significativos que comprometam resultados; (...)	Relatório das acções, resultados e impactos; Comparação (por fase) dos resultados esperados e atingidos; Identificação dos factores críticos de sucesso; (...)
Agentes	Gestor do processo; Técnicos municipais de educação; (...)	Gestor do processo; Técnicos municipais de educação Executivo municipal; Conselho municipal de educação; (...)	Gestor do processo; Técnicos municipais de educação Executivo municipal; Conselho municipal de educação; (...)
Competências	Planeamento e organização; Produção de Indicadores estatísticos; (...)	Gestão de projectos e de processos; Monitorização e avaliação de sistemas; (...)	Descentração e análise crítica; Auto-avaliação; (...)

Exemplo de alguns indicadores, cujo acompanhamento no tempo deve ser objectivado:

- Taxa de escolarização e de pré-escolarização;
- Número de alunos por escola/jardim-de-infância;
- Número de alunos por ano/ciclo de ensino;
- Taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino;
- População em idade escolar;
- Estado de conservação dos edifícios;
- Taxa de insucesso/desistência;
- (...).

Fonte: GIASE: Guia da Carta Educativa : “A Propósito da Monitorização das Cartas Educativas”